

Notas – Las horas señaladas son de Córdoba. Cualquiera de los trenes da suficiente tiempo em Caseros para almorzar comodamente. Por mas detalles ver los orarios en las Estaciones.

Monte Caseros, 1º de Noviembre de 1895.

#### LA ADMINISTRACIÓN <sup>113</sup>

Na obra *Câmara de Vereadores de Itaquí*, os seus autores aprofundaram a análise da rede fluvial e ferroviária nesta região da bacia do rio da Prata, que canalizava Montevideu e Buenos Aires e a qual facilitou a circulação das pessoas, especialmente dos imigrantes objeto deste estudo. <sup>114</sup>

Os ítalo-descendentes A. C. Flain Petrine, G. Alfano, P. Schenini, E. Mondadori e R. Alves Filho, M. L. Cadermartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura mencionam a estrada de ferro em ambas as margens do rio Uruguai. E. Mondadori, 94 anos, com lucidez extraordinária, e seu filho R. Alves Filho, descendentes do italiano João Mondadori [com filhos vinculados à família Degrazia], recordam mais extensamente os serviços prestados pelo trem no lado argentino para a economia do município de Itaquí. Recordaram, com riqueza de detalhes, do empreendimento de produção e exportação de laranjas que Atilio Mondadori, pai da depoente, possuiu em Itaquí na década de 1930/1940.

Outros descendentes como A. C. Flain Petrine, A. Silveira Floriano [descendente do italiano Pedro Ruffoni] e P. Schenini, lembraram-se também da empresa que foi conhecida por *Packing House*, que utilizava a ferrovia argentina para exportar laranjas produzidas em Itaquí. O produto seguia para Buenos Aires e para o mercado importador europeu pelo porto de Rotterdam, Holanda, segundo informou R. Alves Filho, bisneto do italiano João Mondadori e neto de Atilio Mondadori:

<sup>113</sup> *Jornal Comércio*, Uruguiana, edição de 22/03/1896.

<sup>114</sup> COLVERO e SOARES, [Orgs.] *et al*, 2010, op. cit., p. 96 e 112.

O vovô começou nos idos de vinte e dois, com o plantio. A princípio eram trinta e cinco mil mudas, plantas em plena produção. Construiu o Packing House, [...] eram lavadas, elaboradas, preparadas [...] cruzavam em barco, nas chatas antigas [...] Passavam o porto e do lado argentino [...] tinha um terminal ferroviário, [...] entravam em “containeers” que eram alimentados a gás, pra fazer a climatização da laranja, [...].

R. Alves Filho e sua mãe E. Mondadori lembraram do ascendente italiano João Mondadori que, na função de engenheiro, trabalhou na construção dos ramais ferroviários em ambas as margens do rio Uruguai, na altura da fronteira sudoeste onde ora focalizamos a atenção.<sup>115</sup> Alves Filho também lembrou da antiga Casa Degrazia, um grande empório empresarial importador e exportador, e dos mais antigos, nas últimas duas décadas dos anos oitocentos em Itaqui. Esta, depois da fase dos transportes pelo rio Uruguai, valeu-se da ferrovia para seus negócios relativos ao comércio exterior, chegando a ser agente importador de móveis para loja de expressão na capital do Estado, chamada de Lojas Bromberg. Vide Apêndice A – Degrazia, Mondadori.

P. Schenini, 84 anos, neto do italiano João Schenini, igualmente mantém vivas muitas recordações dos seus tempos de menino em Itaqui: “[...] quase todas as tardes eu ia no Alvear buscar correspondência, que vinha de Buenos Aires pra firma do meu pai. Meu pai era comerciante forte ali.”<sup>116</sup> A correspondência vinha de trem da capital argentina. E o professor depoente, ex-superintendente do ensino agrícola do Rio Grande do Sul, lembra que os brasileiros desta margem do rio Uruguai usavam o trem argentino:

Iam no Alvear pegar o trem que vinha de Asunción. Passava no Alvear, se ia pra Libres e pra Buenos Aires. Se via aquele trem, era barulheento. A gente ouvia o barulho quando ele passava [...] passava numa ponte grande [...]. Tempo do trem argentino, pra levá mercadorias, laranja, levá coisas que eram produzidas ali.

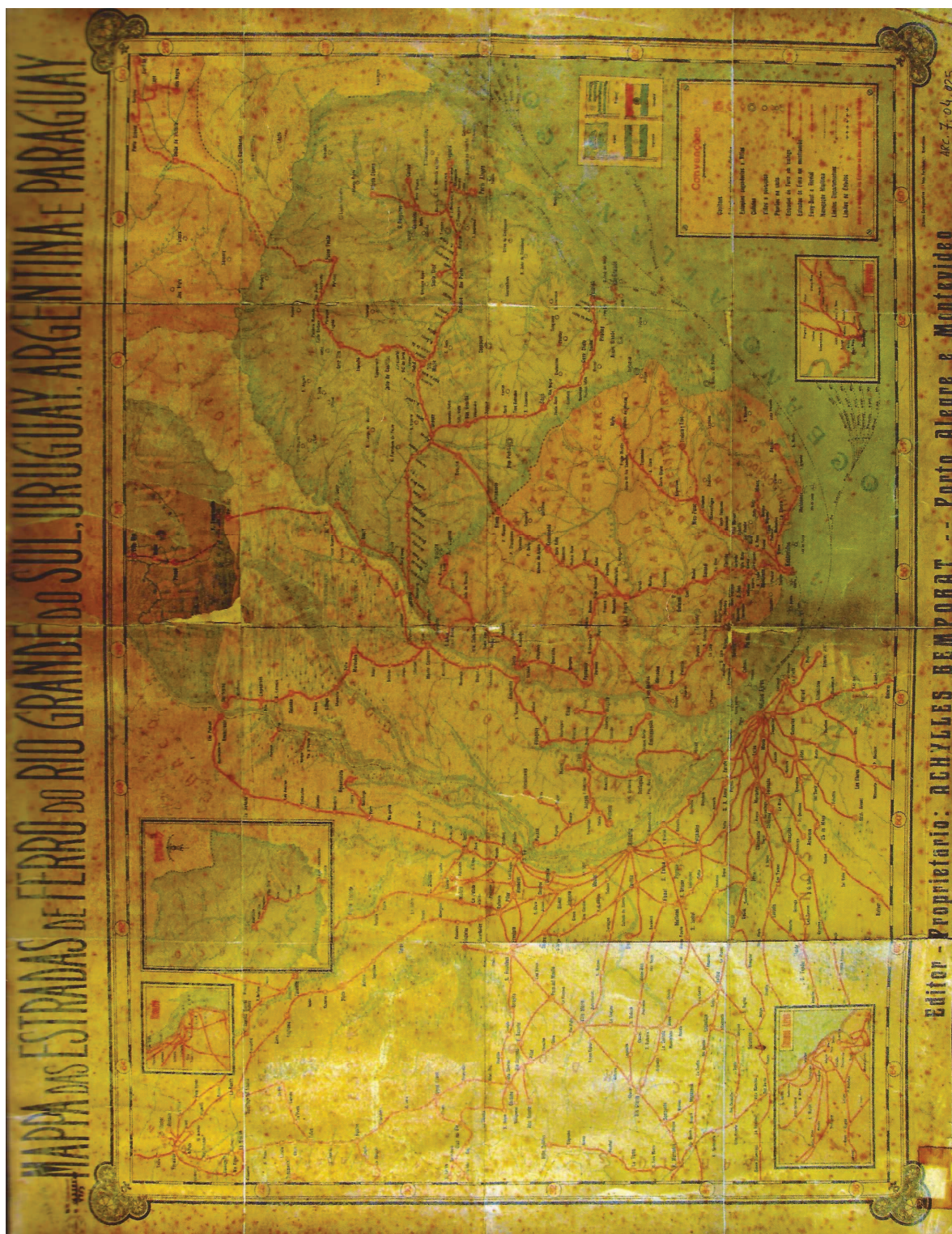
---

<sup>115</sup> Idem entrevista de E. Mondadori e R. Alves Filho.

<sup>116</sup> Idem entrevista de P. Schenini.

Mapas ferroviários mostram que realmente o traçado dessa ferrovia liga Buenos Aires e Assunção. Margeia o território brasileiro, da Barra do Quaraí até São Borja – **Figura nº 14** e **Figura nº 15**. Daí segue para Possadas-Encarnação, com travessia sobre o rio Paraná. Esse trem continua trilhando, arrastando-se, diariamente na mesma ferrovia, produzindo o mesmo barulho que soa na brasileira Itaqui ao atravessar a várzea do rio Aguapey, afluente no rio Uruguai com desembocadura entre Alvear e a jesuítica La Cruz [12 km de Itaqui, via fluvial].

No flanco brasileiro continua viva a linha férrea e a ligação do traçado estratégico na borda da mesopotâmia argentina [províncias de Entre Rios, Corrientes e Misiones]. Enquanto isso, na margem oriental, de São Borja à barra do Quaraí, a ferrovia desapareceu. Foi desativada há mais de duas décadas. Em muitos locais nem a marca do local do seu traçado existe, revolvido pelos arados das lavouras de arroz. Apenas a antiga e extensa ponte sobre o rio Ibicuí, entre Uruguaiana e Itaqui, persiste ativa com sua funcionalidade adaptada aos pneumáticos. É gargalo, de mão única, na BR 472, chamada a rodovia do Mercosul, local por onde transita a maior parte das exportações brasileiras para os vizinhos do além rio Uruguai.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1922.

Figura nº 14.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1922.

Figura nº 15.

## 2 A PRESENÇA ITALIANA, ANTERIOR A 1875, EM SÃO BORJA, ITAQUI E URUGUAIANA

A presença de estrangeiros em São Borja, Itaqui e Uruguaiana, no atual Rio Grande do Sul, é antiga. Diversos fatos demonstram que antes de 1875 aí já se encontravam, espontaneamente, diversos imigrantes italianos, participando do esforço de povoamento e desenvolvimento locais. Inicialmente tecemos um breve esboço de cunho histórico-militar sobre a posição da Cruz brasileira – próxima a sua frente e margem oposta do rio Uruguai encontra-se La Cruz, RA.

### 2.1 Na fundação da Cruz, em 1821

A Cruz era ponto de passagem no rio Uruguai ao tempo do domínio espanhol, conhecido por Guardia de La Cruz. Camargo, ao narrar incidente militar com uma patrulha espanhola, demonstra que a presença militar portuguesa no passo da Cruz já em 1804, com área de vigilância e guarda na divisa sul da fronteira oeste tida como “[...] Fronteira do Jarao [...]” – fronteira do Jarau, hoje localizada nos municípios de Uruguaiana e Quaraí.<sup>117</sup> Em 1818, André Artigas e seus seguidores massacraram a pequena guarnição local postada na Cruz e daí atacaram São Borja.<sup>118</sup> Em 1821 houve reforço militar no local face ao perigo das tentativas de retomada das Missões por caudilhos orientais, o que se confirmou em 1828 com a invasão de Fructoso Rivera.

<sup>117</sup> CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Porto Alegre: PUC, 2000, p. 239, 397-400.

<sup>118</sup> CESAR, 2002, op. cit., p. 216.

Rivera reconquistou considerável parte das Missões depois de invadir o território brasileiro por Santana Velha, 30 quilômetros abaixo da atual Uruguaiana. Na perseguição ao comandante das Missões – comando situado em São Borja – chegou até Cruz Alta e depois dirigiu-se para o Passo da Cruz, o que demonstra que o local tinha enorme interesse estratégico.<sup>119</sup> Em 1821, nesse ponto de fronteira sensível aí surgiu o povoado da Cruz, atualmente Itaqui.<sup>120</sup> Segundo José Hemetério Velloso da Silveira, já quando do surgimento do mesmo a presença italiana se sobressaía entre os estrangeiros:

Demarcados e divididos os terrenos, começaram as edificações de casas, quase todas de pedras e cobertas de palha. Entre os estrangeiros [sic], que a compuseram o vizindário sobressaíam italianos e franceses, na maior parte marinheiros de pequenas embarcações procedentes do Rio da Prata. Esses, dedicando-se ao comércio, favorecidos por um irreprimível contrabando, depressa enriqueceram.<sup>121</sup>

Em função do seu desenvolvimento, em 1834 a povoação na Cruz foi elevada à categoria de distrito de São Borja, ano em que foi instalado o primeiro município missioneiro.<sup>122</sup> Por isso esse ano é tomado por marca temporal inicial do período abrangido por esta dissertação. Na folha seguinte, **Figura nº 16**.

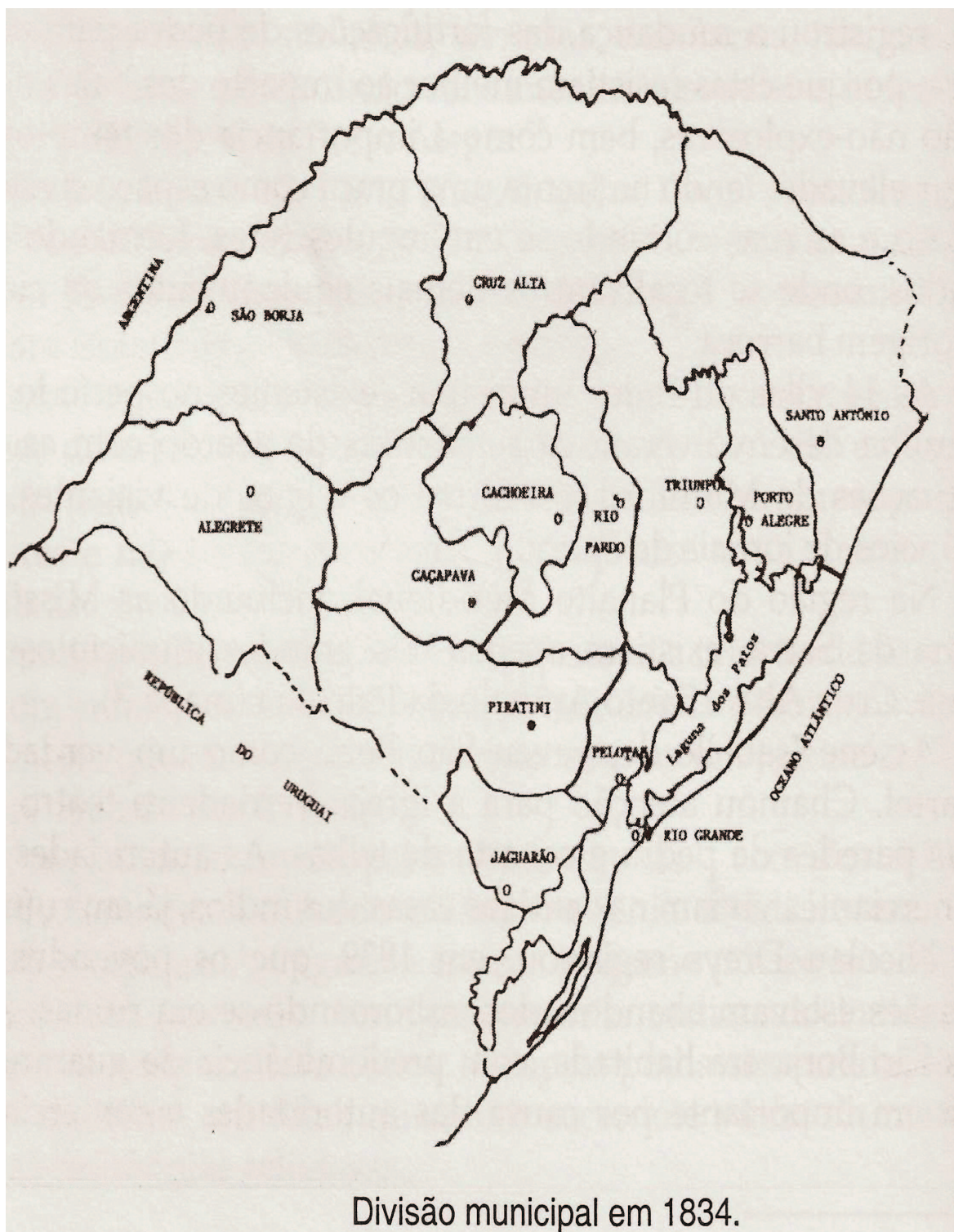
---

<sup>119</sup>FLORES, 1996, op. cit., p. 190.

<sup>120</sup>FORTES e WAGNER, 1963, op. cit., p. 267.

<sup>121</sup>SILVEIRA, 1979, op. cit, p. 383.

<sup>122</sup>FORTES e WAGNER, 1963, op. cit., p. 267.



**Fonte:** FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2002, p. 44.

**Figura nº 16.**



Já nos seus primeiros anos, o distrito da Cruz ou povo da Cruz tinha comércio florescente em função da presença de peninsulares e da proximidade com as duas principais capitais platinas, Montevideú e Buenos Aires. “Em 1853, Itaqui tornara-se uma pequena, mas ativa praça comercial, tirando de São Borja o empório do comércio da erva-mate missioneira”.<sup>123</sup> Pelo trecho transcrito, observamos a denominação Itaqui para o referido distrito. Administrativamente o mesmo esteve ligado à São Borja até 1858, quando se emancipou e alcançou a categoria de vila, passando a chamar-se vila de Itaqui.<sup>124</sup>

## 2.2 Na visita de representante da Sardenha à colônia de Itaqui, em 1856

A presença e o progresso de italianos no distrito da Cruz despertou a atenção na capital do Império, tendo o autor da obra *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios* registrado que:

Em 1856, o cavalheiro Marcello Cerruti, encarregado de negócios da Sardenha, no Rio de Janeiro, foi, por ordem do seu governo, visitar a colônia de Itaqui, da qual precisava informações. Com efeito encontrou o Sr. Cerruti: Lombardo, Gregório Erisch, Luis Deluchi [milionário], Manoel di Amico, Luiz Lergio, Remondini, João Banchelli, os irmãos Canepa e outros, uns ricos, outros abastados.<sup>125</sup>

José Hemetério Velloso da Silveira concluiu assim:

Pensamos mais tarde, que a visita desse diplomata teria antes por fim obter de seus patícios donativos para a campanha empreendida por Vitor Emanuel, Cavour e Garibaldi da unificação da Itália, do que informar-se do

<sup>123</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 383.

<sup>124</sup> FLORES, João Rodolpho Amaral. *A Vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: história sócio-econômica e geopolítica*. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 94. Dissertação de mestrado em História.

<sup>125</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 384.

estado próspero dos imigrantes aí estabelecidos sem proteção de ninguém e que adquiriram, pelo comércio, importância pessoal e fortuna.<sup>126</sup>

O autor da notícia menciona o nome de alguns dos súditos italianos então encontrados por Marcello Cerruti. Eram comerciantes realizados economicamente. No arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul encontra-se o inventário de dois dos noticiados por Silveira, Lombardo e de Manoel Di Amico, abaixo sintetizados. Também o noticiado Luis Deluchi comparece em um desses inventários. Dessa forma, embora desnecessário, prova evidente da história narrada pelo juiz, depois advogado e historiador José Hemetério Velloso da Silveira.<sup>127</sup> E no arquivo histórico do Estado [Praça da Alfândega, em Porto Alegre], nomes contidos em diversos pedidos de indenização de súditos italianos prejudicados com a invasão paraguaia em 1865 comprovam esses fatos.<sup>128</sup>

Os crescentes interesses de Gênova no Rio da Prata, em especial em Buenos Aires depois da queda de Rosas e a figura de Cavour plenamente em ascensão na política piemontesa, trouxeram o referido Marcelo Cerruti à capital portenha em 1852. Cerruti, diplomata genovês que não pertencia aos extratos da nobreza, dotado de boas qualidades de observador e de profissionalismo, foi enviado extraordinário, com instruções do seu governo para firmar um tratado de comércio e navegação, criar um hospital italiano, preservar a nacionalidade dos filhos dos imigrantes e criar uma rede consular na região.<sup>129</sup>

Segundo Fernando Devoto, em Buenos Aires havia imigrantes de todas as regiões da Península Itálica, sendo que os sardos ou genoveses eram a maioria, caracterizados pelo perfil de urbanos e fluviais. Havia uma distinção entre genoveses e os demais italianos. No censo dos súditos sardos ocorrido em 1855, Cerutti, no posto de encarregado de negócios da Sardenha, decidiu que fossem incluídos todos os que poderiam ser considerados italianos, pertencessem ou não ao reino sardo. Esse diplomata tinha preocupações unitárias que ultrapassavam a sua representação da Sardenha e do Piemonte.

<sup>126</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 394.

<sup>127</sup> *Ib.*, p. 114 e 384.

<sup>128</sup> AHRGS – Maços da Legação Italiana no Rio Grande do Sul.

<sup>129</sup> DEVOTO, 2006, op. cit., p. 65-66, 83-84.

Devoto demonstra que Marcello Cerutti, ainda em 1860 encontrava-se em Buenos Aires, pugnando pelo ideário político através da associação italiana de mútuo socorro mais antiga em Buenos Aires, a União e Benevolência, a qual diferia das demais face o cultivo de caráter nacional que atribuía aos peninsulares. Naquele ano Cerutti se incorporou, como sócio, à referida mutual, em meio à euforia da expedição exitosa de Garibaldi ao conquistar o reino das Duas Sicílias com a sua entrada em Nápoles.

### **2.3 Italianos e descendentes: notícias em inventário no arquivo público**

**Alexandre Lombardo** – Encontra-se no arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul o inventário de Alexandre Lombardo, um dos italianos visitados em 1856 pelo representante do governo da Sardenha.<sup>130</sup> Seu inventário foi elaborado em 1873. Deixou testamento. Declara-se natural da Itália, sem herdeiros e que se ocupava com o comércio de erva-mate.

O inventariante chamava-se Anibal Carini e o juiz, Emigio Bonorino, tudo como consta na fl. 2. O inventariado Alexandre Lombardo designou para seu testamenteiro, em primeiro lugar, sua comadre italiana Angélica Risso de Botaro, viúva de Thomaz Botaro e que residiu no Salto, ROU.

Alexandre testou deixar seus bens à Angélica, dentre os quais existiam quatro casas em pagamento por serviços prestados. Para o segundo testamenteiro, designou o inventariante Anibal Carini, residente em Itaqui, constando que era seu amigo e compadre. Deduz-se que Anibal Carini, pelo nome, também fosse italiano.

---

<sup>130</sup> APERGS – 1873. Inventário nº 3, Maço 1, Estante 115.

Nesses mesmos autos existem recibos de importâncias, passados por outros italianos e mesmo por descendente de peninsular. As fls. 17 e 18 contêm recibos passados por Domenico Dellamora e Carlo Dellamora, de nacionalidade italiana, “[...] por quinze dias de assistência al enfermo Alejandro Lombardo”. A fl. 19 corresponde a um recibo passado por Santiago Archetti, manuscrito e firmado pelo mesmo, num misto de língua espanhola e italiana, denominada *cocoliche*. O recibo na fl. 20 foi passado pelo mencionado Emigdio, boticário, onde consta: “[...] provenientes dos medicamentos supridos ao fallecido [sic] Alexandre Lombardo”.

Bisneto entrevistado do italiano Carlo Dellamora informou que este aportou na América do Sul por Buenos Aires. Depois se radicou em Itaquí. Também informou que era originário do norte italiano, de Cavaglio Spoccia, localizada junto ao lago Maggiore.<sup>131</sup>

A vista dos documentos mencionados, comprova-se que os italianos Carlo Dellamora e Domenico Dellamora, encontravam-se em Itaquí, em 1873. Ficará demonstrado [inventário de Regina Zanoni Arcetti] que o referido Santiago Archetti já se encontrava em Itaquí em 1871. Carlo Dellamora mais tarde casou-se com Adelaide, filha de Santiago Archetti, como consta no quadro-síntese do Apêndice do Anexo 1.

**Dominga e Adolpho Bonorino** – O inventário de mãe e sobrinho-genro foram feitos juntos em Itaquí. Inventariante: Adélia Bonorino, filha de Dominga e viúva de Adolpho.<sup>132</sup> Ano de abertura do inventário: 1898. Dominga Bonorino, cujo nome completo era Juana Dominga Bonorino Pérez, nasceu em Montevidéu em 27/02/1811.<sup>133</sup> Era filha do italiano Giorgio Antonio Moreno Bonorino, que se radicou em Montevidéu em 1772 e irmã de Antonio Bonorino.<sup>134</sup> Casou-se em Buenos Aires com o italiano Pablo Cachaniga, Caxaniga ou Caccianiga.<sup>135</sup> O inventariado Adolpho era filho do referido Antonio. Exercia a

<sup>131</sup> Entrevista de I. Dellamora Filho. Itaquí, em 14/11/2009.

<sup>132</sup> APERGS – 1898. Inventário nr 47, Maço 17, Estante 114.

<sup>133</sup> Arcebispo de Montevidéu. Livro de Batismos nº 12/Catedral, folha 112-verso.

<sup>134</sup> APOLANT, Juan Alejandro. *Familia uruguaya*, génesis da. Montevideo: Vinaak, 1975, p. 1090-1091.

<sup>135</sup> VEGAS, Diego Jorge Herrera. *Familias argentinas*. Buenos Aires: Ediciones Callao, 2006, p. 530.

função de tradutor como se constata nos inventários de João del Giorgio e Manoel Di Amico, adiante.

**Francisco Bergallo** – Francisco lavrou testamento em 02/11/1873, onde diz-se natural de Gênova, Itália. Era casado com Venância Gallarça Bergallo, que é a inventariante. Inventário foi aberto em 1878.<sup>136</sup> Ao falecer, deixou sete filhos. Era comerciante, em São Borja. No testamento, recomenda funeral sem pompa alguma. Nas folhas finais, há carta proveniente de Salto, ROU, em espanhol, datada de 31/03/1879, cobrando dívida do espólio por compra de mercadorias da firma P. Quiroga y C. Há termo de juntada aos autos e termo de tradução dessa correspondência.

O cônego João Pedro Gay noticia a presença deste genovês em São Borja.<sup>137</sup> Quando os paraguaios invadiram a vila de São Borja em junho de 1865 e praticaram saques e depredações, dentre os estrangeiros incomodados encontrava-se Francisco Bergallo. João Pedro Gay relata que várias vezes os intrusos avançaram na casa da residência do genovês referido, atacando por três pontos ao mesmo tempo: pelas portas da loja de negócios, pelo corredor da residência da família e pelo portão do pátio. Relatou Gay que o comerciante Bergallo foi muito insultado e quase foi degolado no dia 22 de junho de 1865, para que os saqueadores conseguissem do mesmo o que desejavam.

Na obra *Italianos no Brasil*, Antonio Mottin noticia que o nome de Francisco Bergallo encontra-se, dentre outros aventureiros e desbravadores, em documentos que falam de italianos procedentes de Montevideú e que se estabeleceram nas cidades da fronteira sul-rio-grandense.<sup>138</sup> E acrescenta: “A Fronteira e a Campanha povoaram-se com italianos geralmente vindos do Prata”.

<sup>136</sup> APERGS – 1878. Inventário nº 1281, Maço 29, Estante 94.

<sup>137</sup> GAY, 1980, op. cit., p. 87.

<sup>138</sup> MOTTIN, Antonio; e CASOLINO, Enzo. *Italianos no Brasil* – contribuições na literatura e nas ciências, séculos XIX e XX. Porto Alegre: EdPUC, 1999, p. 17.

**João Fava** – Natural da Itália, fls. 2 e 3, sem filhos, deixou a esposa Joaquina de Mello Fava, que é a inventariante. Faleceu em 10/12/1877, em São Borja. Dentre seus bens, consta:

Duas partes de campo havidas por herança nos inventários dos finados pais da inventariante, em uma chácara sita além do banhado denominado Pasaboi, primeiro districto desta Villa, calculada em meia légua de extensão de campo, [...].<sup>139</sup>

**João Del Giorgio** – O inventário do italiano João del Giorgio foi aberto em 1886, em Itaqui. Foi inventariante Emilia Girodetti.<sup>140</sup> No seu termo de declarações, Emilia declarou que o inventariado residia há muitos anos na casa dela declarante e que faleceu em 1º/01/1886, em Alvear, República Argentina, onde foi procurar recurso médico ou, como consta em seu inventário, de “[...] curioso [...]”, em virtude de moléstia grave que o colocou de cama por mais de um ano, “[...] sempre em uso de remédio, [...]”. Declarou, também, que “[...] consta que o finado tem pai vivo no reino da Itália, Lombardia, Província Disondrio, Povo Chiavenna”. Leia-se província de Sondrio. Observa-se o nome de dois italianos credores do inventariado: Paulo Ruffoni, negociante e Bernardo Piffero. Este realizou despesas para o preparo do funeral.

Na fl. 6 dos autos, a inventariante pede ao juiz para que seja juntado ao inventário:

“[...] uma carta do pai do inventariado, pela qual se pode ver que deixou pais e irmãos vivos, e o lugar em que se acham”. Foi realizada uma promessa escrita de pagamento de dívida do inventariado à inventariante Emilia Girodetti, que se assina *Del Giorgio Giovanni*, prevenindo que como estava doente e partia em busca de tratamento, caso morresse seus bens respondessem pela obrigação. A Câmara Municipal de Itaqui, em 27 de outubro de 1875 concedeu licença para que “[...] João del Jorge, pedreiro [...]”, edificasse em terreno que indica a localização, lindeiro “[...] com terrenos concedidos a Antonio Roncoli em 14 de janeiro de 1871,[...]”.

<sup>139</sup> APERGS – 1878. Inventário nº 398, Maço 13, Estante 94.

<sup>140</sup> APERGS – 1886. Inventário nº 383, Maço 14, Estante 114.

Encontram-se nos autos do inventário: uma carta manuscrita em letra boa e legível, em italiano, enviada de Chiovenna, de 04/09/1885, e firmada pelo pai do inventariado, que assina-se “Del Giorgio Giosepe”; pedido do italiano Lourenço Dellapedrine, que diz-se residente em Itaquí, dirigido ao juiz do inventário para que fosse autorizado a ele, procurador dos pais do falecido, levantar do cofre a arrecadação correspondente aos bens inventariados; nomeação de Adolfo Cachaniga Bonorino para servir de tradutor de procuração em italiano, enviada da Itália pelos pais do falecido João Del Giorgio; texto em italiano e traduzido da referida procuração.

**Manoel Di Amico** – O óbito de Manoel Di Amico, assim grafado no inventário, ocorreu em Itaquí. A abertura do inventário ocorreu na “[...] Villa de São Borja [...]” em 20/06/1856, na residência do juiz de Órphãos e Ausentes.<sup>141</sup> Naquela ocasião, São Borja era cabeça de comarca, assim chamada a sede do juízo no Termo de São Borja.

Di Amico é um dos italianos que Silveira mencionou contatados pelo representante da Sardenha.<sup>142</sup> No seu inventário comparece como testemunha de um dado ato processual outro dos italianos visitados pelo citado representante sardo. Trata-se de Luiz De Luchi, que Silveira observou ser milionário. Desempenhou a função de inventariante outro italiano, João Baptista Canepa, o qual foi designado depositário dos bens de Manoel Di Amico. O irmãos Canepa, assim referenciou Silveira, também foram contatados pelo dito representante da Sardenha, Marcello Cerutti.

O juiz da abertura deste inventário, que no futuro veio a ser o autor de *Missões Orientais e seus antigos domínios*, é José Hemetério Velloso da Silveira. Quando da visita de Cerutti, julgava em Itaquí e vê-se que narra os fatos com segurança e conhecimento de causa.

---

<sup>141</sup> APERGS – 1856. Inventário nº 65, Maço 3, Estante 114.

<sup>142</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 384.

Sua presença nessa cidade dava-se desde o ano de 1855, em virtude da sua função de juiz com sede em São Borja, como ele mesmo narra em sua obra escrita posteriormente.<sup>143</sup>

Dentre os bens depositados com o inventariante João Baptista Canepa, nomeado depositário, cita-se alguns que chamam mais a atenção conforme consta nas fls. 3-verso e 4. Encontram-se registradas 187 barricas de farinha de trigo; 3 pipas de aguardente; 7 pipas de vinho; 20 barricões de cervejas; 2 caixões de camisas feitas; duas letras de crédito passadas por Marcellino Domingos Lacroix, uma no valor de cinco mil patações de prata e a outra no valor de oito mil patações de prata, vencíveis no prazo de seis meses; um bote no rio Uruguai em Uruguaiana. Descreve-se o preço de avaliação da mercadoria a seguir para referencial de valor da moeda da época na grafia do texto no inventário: “[...] cento e cinquenta sacos com farinha de trigo avaliado cada hu [sic] em sete mil reis, todos pela quantia de hu [sic] conto e cinquenta mil reis que faz 1:050\$000”.

Herdeiros de Manoel Di Amico: a viúva Caetana Di Amico. E um casal de filhos: Gomicinda, 13 e Nicolao, 12. Na fl. 7-verso, José Joaquim de Oliveira Gomide assina pela viúva, “[...] por não saber escrever [...]”. A mesma declarou ao inventariante, que o seu finado esposo devia a Andres Folle e Companhia, em Montevidéu, o valor de “[...] dous contos duzentos setenta e seis [sic] mil sete centos noventa reis, 2:276\$790].”. Também declarou ao inventariante que existia na “[...] Povoação do Salto Oriental [...]” uma morada pertencente ao monte mor e outra em Constituição, departamento do Salto Oriental. Declarou, ainda, que existia “[...] em poder de Fernando morador no Salto [...] nove carretas, e 82 bois mansos”.

Em 02/07/1856, João Baptista Canepa foi nomeado tutor dos filhos órfãos de Manoel Di Amico. Em 29/07/1859, o juiz, ao julgar prestação de contas, determinou que fosse apresentado recibo da quantia entregue pelo tutor ao “[...] marido da orphão Gomecinda, [...]”. Em 18/06/1861, o tutor pede prazo para apresentar documentos de

---

<sup>143</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 102 e 384.



prestação de contas com a educação do tutorado Nicolao Di Amico em colégio em Montevideú.

Em 16/08/1861, o marido de Gomecinda, Vicente Lopez, vem a juízo dizer que faleceu Caetana Di Amico, sua sogra e que o tutor João Baptista Canepa, “[...] negociante desta praça [...]” foi à falência e pede seja designado novo tutor ao cunhado Nicolao Di Amico, menor. Há um boletim do “Colejio Montevideano – Calle del Rincon número 116” referente a Nicolao, passado em 1º/11/1858. Literalmente, consta a “Conta corrente do Fallido [sic] João Baptista Canepa, representado pelo Curador Fiscal da massa fallida, com o orphão Nicolao Diamico”. Há uma conta corrente emitida pelo Colégio Montevideano em nome Juan Bautista Canepa por tutoria de “[...] D. Nicolas Diamico”.

Constata-se a existência de três cartas enviadas de Montevideú por Vicente Lopez a João Batista Canepa em Itaquí, que é padrinho do remetente, datadas de 12/10/1859, 30/07/1860 e 19/09/1860. Foram escritas em espanhol e traduzidas por Adolpho C. Bonorino. Nessas cartas, o remetente comenta a situação econômica crítica do padrinho, estimulando-o a superar as dificuldades financeiras que estava passando familiar do falido em Montevideú, e informa sobre o preço da erva-mate que diz em suba, na carta de 30/07/1860. Em carta posterior, de 19/09/1860, pede que João B. Canepa lhe antecipe por correio a quantia de erva que remeterá a Montevideú.

Em autos em anexo ao do inventário, com data de 28/06/1856 há um expediente de justificativa feito por João Baptista Canepa ao juiz José Hemetério Velloso da Silveira, que o recebeu e despachou. Versava sobre erva-mate e obrigação de depositário, cujo preâmbulo é:

Diz João Baptista Canepa que quer justificar perante V. Sa. com assistência da viúva e filhos do finado Diamico, com as testemunhas abaixo o seguinte:  
1º - Que tendo vindo a esta Freguesia do Itaquí, o finado Diamico fez uma compra de ervas, e para pagamento dellas foi preciso sacar duas cartas de

ordens da quantia aprimeira de vinte e cinco onças de ouro, e a segunda de oitocentos patações contra Santiago Galdupe; [...]

**Paulo Difendente Minoggio** – Consta no seu inventário que era natural do “[...] Reino da Itália [...]” e que faleceu em 05/08/1922, em Itaqui, com 69 anos. Deixou três filhos: Ambrosina, Paschoal e Arthur.<sup>144</sup> De entrevista com a viúva de Francisco de Assis Noronha Minoggio, filho de Arthur e sobrinho de Paschoal, tem-se: “[...] o meu marido falava que eles chegaram por Buenos Aires. O [...] Arthur já nasceu aqui”. Acrescentou que desde o tempo de estudante de engenharia em Buenos Aires, Paschoal gostava muito de doces: “Aqui mesmo, em Itaqui, [...] já estava velho, eu fazia doce e o meu marido levava pra ele”.<sup>145</sup>

Paulo Corrêa dos Santos, historiador municipal e autor de obra alusiva ao cinquentenário do município de Itaqui, sob o patrocínio da municipalidade local, por pesquisa sua e de João Sampaio da Silva, informa que Paschoal nasceu em Itaqui, em 1874 e diplomou-se em arquitetura pela Escola de Belas Artes de Buenos Aires.<sup>146</sup>

O mencionado Paschoal deixou a marca de seus traços arquitetônicos no prédio do Mercado Público em Itaqui, inaugurado em 1909. Antigas construções do centro de Itaqui, principalmente as que possuem altos-relevos e ornamentos, também saíram da sua prancheta. O mesmo ocorreu em relação aos túmulos de algumas famílias, que no contorno se destacam com a linha do neoclássico. Participou do projeto para construção do clube do Comércio de Uruguaiana.<sup>147</sup> Faleceu em 1952, em Porto Alegre, quando se submetia a tratamento de saúde.<sup>148</sup>

<sup>144</sup> APERGS – 1911. Inventário nº 155, Maço 4, Estante 115.

<sup>145</sup> Idem entrevista de R. Sastre Minoggio.

<sup>146</sup> SANTOS, Paulo Corrêa dos. *Agenda 150*. Itaqui: Novigraf, 2008, p. 64.

<sup>147</sup> *Ib.*, p. 64.

<sup>148</sup> J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, Itaqui, edição de 30/03/1996.

**Regina Zanoni Arcetti** – Encontra-se no arquivo público do Estado o inventário da esposa de Santiago Archetti, aberto em 1903, em Itaquí.<sup>149</sup> O sobrenome do seu esposo Santiago, encontra-se grafado “[...] Arcetti”. Santiago Arcetti é o inventariante de Regina. O casal teve oito filhos: João, 1867; Maria, 1871; Adelaide [casada com Carlo Dellamora]; Severina, 1875; Anna, 1878; Alexandre, 1881; Luiz, 1884; e André, 1892.

Consta que João Arcetti, o filho primogênito de Santiago e de Regina Zanoni Arcetti, nasceu na Itália em 13/09/1867 e que como os demais, residia em Itaquí. Observa-se que o nascimento da filha Maria já ocorreu em Itaquí, em 24/12/1871, “[...] nascida nesta cidade [...]”. Evidente que Santiago Arcetti e sua esposa Regina Zanoni e o filho João eram italianos e chegaram em Itaquí no período 1867/1871.

**Silvério Piagetti** – O seu inventário foi aberto em 1887, em Itaquí. Desempenhou a função de inventariante a sua esposa, Luiza Canepa Piagetti.<sup>150</sup> Filhos do casal: João Aurélio, 1870; Hermelinda, 1873; José, 1875; Lionarda, 1876; Melchiades, 1877; Severo, 1879; e Elvira, 1875. A viúva e os demais herdeiros foram representados no pelo advogado José Evaristo Teixeira. Silvério Piagetti foi um dos súditos italianos residentes em Itaquí que 1867 pediram ao governo brasileiro indenização por danos causados pela invasão paraguaia no sul do país, conforme texto a seguir, onde seu nome aparece grafado “[...] Sevério Piagetti [...]” – descrição no subtítulo “[...] pedidos de indenização por súditos italianos”.

Conforme seu inventário, Silvério possuía um cortume em Itaquí e dentre a relações dos bens inventariados, constam couros de animais em depósito e “[...] uma parte de campo na Sesmaria Rocha [...]”. A inventariante Luiza Canepa Piagetti declarou: “[...] que o inventariante possui no Reino da Itália, perto da cidade de Spoccia, uns terrenos e parte de casa que lhe couberam em legítima.” No termo de partilha dos bens, consta: “E por esta forma houverão elle juiz e partidores esta partilha por bem feita, deixando de partilharem os

<sup>149</sup> APERGS – 1902. Inventário nº 513, Maço 19, Estante 114.

<sup>150</sup> APERGS – 1887. Inventário nº 402, Maço 15, Estante 114.

bens ditos no Reino da Itália, descriptos afolhas oito verço, por ser desconhecido o valor dos mesmos; do que fiz este termo que todos assignarão”.

No inventário constam nomes de outros italianos ou ítalo-descendentes, dos quais o inventariado Silvério Piagetti era credor por relações de comércio, como Israel Christino Fioravante e Victoriana Regio Veppo. Em autos em apenso ou anexo, chamados “autos de tutela provisória”, a inventariante Luiza Canepa Piagetti assumiu a tutela dos filhos menores e o ítalo-descendente Emigidio Bonorino desempenhou a função de segunda testemunha da sua condição de viúva.

### **Presença de outros italianos e ítalo-descendentes**

**Antonio Bonorino** – Antes de 1875 encontravam-se na área dos três municípios referidos descendentes italianos da primeira geração, já nascidos no continente sul-americano. É o caso de Antonio Bonorino, nascido em Montevidéu, em 1807.<sup>151</sup> Deixou Montevidéu em 1829.<sup>152</sup> No período 1830-1833 chegou em São Borja, acompanhado pela irmã Dominga e a sobrinha Teresa, esta filha de Esteban Bonorino, irmão primogênito de ambos. Teve onze filhos, todos brasileiros: Emygdio, 1834; Affonso, 1836; Adélia; Ósman, 1839; Palmira; Fernando, 1842; João, 1844; Eulina, 1846; Marciano, 1848; Felinto Antonio, 1851; e Antonio José, 1852. Faleceu em 1875, em Cruz Alta, onde correu seu inventário.<sup>153</sup> Registro em diário de viagem do naturalista Aimé Bompland comprova que em 1850 encontrava-se em Itaqui.<sup>154</sup> Vide Apêndice A.

<sup>151</sup> Arcebispado de Montevidéu, Livro de Batismos nº 10/Catedral, folha 403-verso.

<sup>152</sup> GONZÁLEZ, Jorge F. Lima Bonorino. *Bonorino y González Bonorino*. Buenos Aires: Editorial Armerías, 2008, p. 26.

<sup>153</sup> APERGS – 1875. Idem Inventário nº 185.

<sup>154</sup> BONPLAND, Aimé. *Diário Viagem de São Borja à Serra e a Porto Alegre*. Transcrição do manuscrito original, notas e revisão pela Dra. Alicia Lourteig. Porto Alegre: Instituto de Biociências-UFRGS, 1978, p. 131.

**Augusto César Cademartori** – Natural de Rapallo, na Ligúria. Nasceu em 20/11/1819 e foi batizado na Parocchia San Gervasio e Protásio. Seu nome de batismo era Agostino Cademartori. No Brasil, passou a usar o nome de Augusto Cesar. Casou em Uruguaiana com Maria Luiza Pereira, com quem teve os filhos: Tito, Augusto, Dante, Francisco, Geminiana, Antonio e Luiza. Informação familiar diz que lutou na Guerra dos Farrapos. Teria chegado na América do Sul pelo porto de Montevideú. Deixou descendentes em Uruguaiana e Itaqui.<sup>155</sup>

### **Presenças no cruzamento de informações bibliográficas**

Pela obra de José Hemetério Velloso da Silveira e do cônego João Pedro Gay, sabe-se que os súditos italianos mencionados por “ [...] irmãos Canepa [...]”, encontrados em Itaqui por Marcelo Cerruti, representante do governo da Sardenha, chamavam-se Luiz Canepa e Francisco Canepa.<sup>156</sup>

Em outra obra sua, *História da República Jesuítica*, o cônego João Pedro Gay elaborou um mapa dos barcos que, em 1863, navegavam no rio Uruguai, no trecho chamado Alto Uruguai e que correspondia às povoações de São Borja e Itaqui. No mapa referido constata-se que os referidos irmãos Canepa, ou Luiz Canepa e Francisco Canepa, eram proprietários dos barcos Catharina e São Felipe.<sup>157</sup> No APERGS encontram-se os autos do inventário de Manoel Di Amico, mencionado por Silveira. O inventariante chamava-se João Batista Canepa, como visto.<sup>158</sup>

Nesse mapa de barcos do cônego Gay, constata-se a presença de capitães de barco com nomes de origem italiana: Magnani, Canepa, Veppo, Salvati, Sabatino, Corso, Laroboca,

<sup>155</sup> Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura.

<sup>156</sup> GAY, 1863, op. cit., p. 481-seg.

<sup>157</sup> Ib., p. 481-seg.

<sup>158</sup> APERGS – 1856. Idem Inventário nº 65.

Bianchi, Marcenaro. E o nome de alguns desses barcos lembram o mundo italiano, além dos dois citados: o Ligúria, o S. Gio Batto, o Pensamento Italiano, o Diamela, o S. Filippe.

Uruguaiana, desde cedo, também contou com forte presença italiana, face sua maior aproximação geográfica com Montevidéu e Buenos Aires. Carlos Fonttes e Daniel Fanti, pesquisando e escrevendo sobre fatos da história uruguaiana, em 2008 lançaram a obra *Uruguaiana – na linguagem plástica e histórica*. Fanti exerceu a função de secretário da Sociedade Italiana União e Beneficência de Uruguaiana na administração de Salvador Faraco, resgatando o acervo histórico da entidade. Provavelmente com base em anotações do historiador Raul Pont no Centro Cultural Dr. Pedro Mariani em Uruguaiana, escreveram, sem indicação da fonte: “Sabe-se que antes de 1877, aqui se encontravam-se os Mascia, os Scola, Vetoriani, Ferrari, Felliciati, Fittipaldi, Motta, Cernicochiaro, Passarelo, Filatondi [...]”<sup>159</sup>

## 2.4 Guerra do Paraguai, o comércio de fronteira e italianos

O quadro histórico-temporal prévio à invasão do território brasileiro em 1865 pelas tropas paraguaias demonstra que, em 1849, Carlos Antonio Lopes, presidente guarani, decidiu que era chegado o momento de ocupar o território das Missões disputado com a Argentina. E assim o fez. Mandou o seu filho Francisco Solano invadir a província de Corrientes, até o rio Aguapey – **Figura nº 17 e Figura nº 18**. Compreendendo que a aventura era perigosa, recuou, iniciando abertura de negociações com Buenos Aires. Mas a diplomacia do Império se movimentou habilmente e, em 25/12/1850, o Brasil e o Paraguai firmaram tratado de aliança diante de eventual ataque pela Confederação Argentina ou pelo Estado Oriental a qualquer dos signatários.<sup>160</sup> Assim, assegurada essa aliança, iniciada a ajuda ao

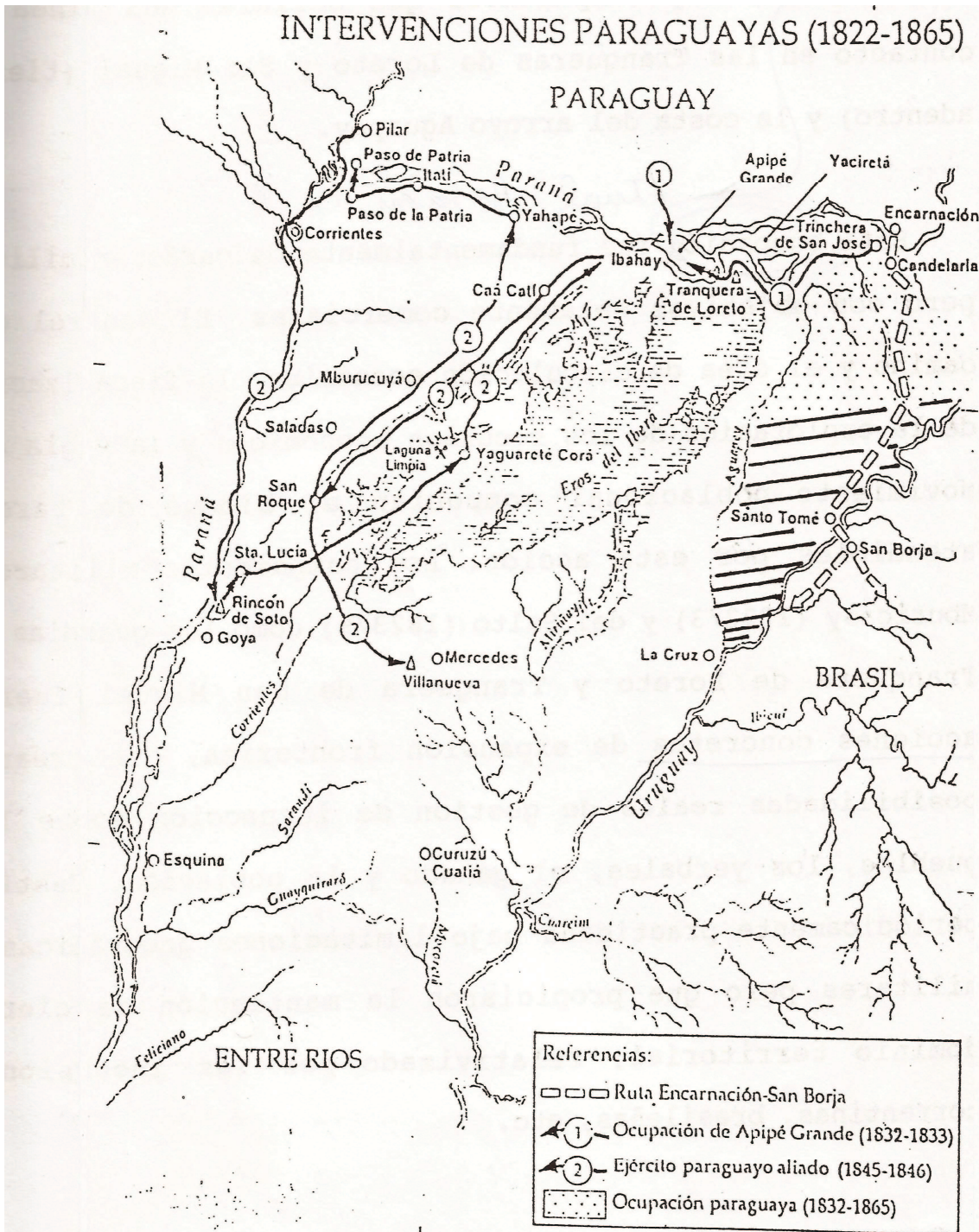
<sup>159</sup> FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 75.

<sup>160</sup> POMER, Leon. *Os conflitos da bacia do Prata*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1979, p. 42 e 124.

governo de Montevideu e em conversações com Urquiza, governador da província de Entre Rios, o Império do Brasil havia montado uma investida contra Rosas.<sup>161</sup>

---

<sup>161</sup> BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay*, (1865 – 1870). Buenos Aires: Tallares G. Buschi, 1943, p. 19.



Fuente: MAEDER, Ernesto J. A y GUTIERRES, Ramón: Atlas Histórico del Nordeste Argentino. Resistencia -Chaco-, Conicet-Fundanord, I.I.G.H.I. Nosotros hemos marcado el área sur dispuesta entre el río Uruguay y el Aguapey que, según la documentación del A.N.A., corresponde a la ocupación paraguaya.

Figura nº 17.





Figura nº 18.

O ataque paraguaio ocorreu após uma intervenção armada do Brasil no Uruguai em 1863, que pôs fim à guerra civil uruguaia ao depor o presidente Atanásio Aguirre, do Partido Blanco e empossar o seu rival colorado Venâncio Flores. Solano López temia que o Império Brasileiro e a Argentina viessem a dismantelar os países menores do Cone Sul. Para confrontar essa suposta ameaça, Solano López esperava contar com o apoio dos blancos, no Uruguai, e dos caudilhos do norte da Argentina. Em novembro de 1864 apreendeu vapor brasileiro que transportava o presidente da província do Mato Grosso. Foi uma declaração de guerra. Logo depois invadiu aquela província.<sup>162</sup> E, pelo Sul, atravessou a pretendida província argentina de Misiones e chegou na costa brasileira em São Borja, invadindo-a.<sup>163</sup>

A respeito do comércio de fronteira, fazemos alusão ao estudo de Norma Oviedo, que tem por objeto o estudo das redes e relações comerciais. Na época da Guerra do Paraguai, Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro eram as novas metrópoles da periferia do capitalismo inglês. O Rio Grande do Sul e as Missões, zonas fronteiriças, eram áreas periféricas de produção e circulação de bens econômicos e pontos estratégicos na reorganização da circularização dessas metrópoles. O comércio era forma importante de incorporação da população e incentivava a atividade extrativa ervateira e a pecuária.

Emergem, então, as cidade-gêmeas fronteiriças e complementares do sistema econômico e social, exemplificando, Itapuã-Rinconada de San José, São Borja-Santo Tomé, Itaquí-Alvear, Passo de Libres-Uruguaiana, Salto-Concórdia. Durante a primeira metade do século 19 se constata a conformação desses circuitos paralelos e inter-relacionados e, logo depois, nas primeiras décadas do século 20 essas rotas plenamente configuradas faziam parte do *hinterland* econômico e comercial platino.<sup>164</sup> Observa-se que São Borja dista não mais do que 200 km das gêmeas Itapuã-Rinconada de San Juan [Possadas, RA e Encarnação, Paraguai]. O caso da apreensão de embarcação e mercadorias do italiano Luis Risso em 1859,

<sup>162</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, p. 215-247 – vol. I.

<sup>163</sup> POMER, 1979, op. cit., p. 136.

<sup>164</sup> OVIEDO, Norma. *Relaciones comerciales y conflictos fronterizos siglo XIX: Misiones en la red platina*. Porto Alegre: PUC, 1997, p. 28, 45, 168, 207. Dissertação em história.

em São Borja, que narramos a seguir – item 4.1 Conflito de súdito italiano e agente consular com o governo brasileiro, é uma prova do quanto ora constatamos.

Montevidéu, ponto chave no centro do Prata, administrava o comércio de trânsito e converteu seu porto em polo importador-exportador do Rio Grande e do litoral argentino. Isso possibilitou com a prática do contrabando e o desenvolvimento do setor comercial, a acumulação de capital dos comerciantes intermediários. Exemplificando, a partir de meados dos anos oitocentos, Itaqui tornou-se uma florescente praça comercial e para isso contou com a presença do elemento de origem italiana, que era dado à atividade comercial e à navegação.

A falta de diálogo político Buenos Aires-Assunção impediu o uso da via fluvial, privilegiando a via terrestre por Itapuã-Rinconada, leia-se Encarnação e Possadas, como corredor geográfico-comercial e ponto estratégico reordenador do espaço econômico que conectava com São Borja. Isto deu-se a partir de 1834, com a instalação de acampamento na localidade onde atualmente Possadas, capital de Misiones, província argentina.<sup>165</sup> Por coincidência, no ano em que São Borja obteve sua autonomia de Rio Pardo. Posteriormente, nesse sentido de rede, Itaqui e Uruguaiana muito valeram-se da rota fluvial e da estrada de ferro. As casas comerciais de porte nessas localidades, proporcionando comércio ativo e franco progresso, atestam o vigor da rede platina referida.

#### **2.4.1 O roubo e a barbárie**

Em 10 de junho de 1865, os paraguaios invadiram a vila de São Borja e deram início a saques e depredações.<sup>166</sup> Depois de não encontrarem mais objetos de interesse nas casas dos ausentes, lançaram suas vistas sobre a casa dos moradores que permaneceram na vila, quase todos estrangeiros. Nas casas de comércio cujos donos estavam presentes, os invasores mandavam com se fossem donos. O próprio cônego Gay lamenta que saques

<sup>165</sup> OVIEDO, 1997, op. cit., p. 144, 173, 207, 208.

<sup>166</sup> SCHNEIDER, 2009, op. cit., p. 264-268.

tenham sido praticados antes mesmo dos invasores, por estrangeiros residentes e nacionais brasileiros aproveitadores da situação, qualificando-os de os “[...] paraguaios daqui”.<sup>167, 168</sup>

Dentre os estrangeiros incomodados encontrava-se o genovês Francisco Bergallo, comerciante, já referenciado. João Pedro Gay relata que várias vezes os intrusos guaranis avançaram a casa da residência do genovês referido, atacando por três pontos ao mesmo tempo: pelas portas da loja de negócios, pelo corredor da residência da família e pelo portão do pátio. Relatou Gay que o comerciante Bergallo foi muito insultado e quase foi degolado no dia 22 de junho de 1865, para que os saqueadores conseguissem do mesmo o que desejavam.

### **Destruição documental em São Borja**

O cônego Gay diz que dentro da vila e no Passo de São Borja foram saqueados quinze estabelecimentos públicos como a Câmara Municipal, o Cartório, a Mesa de Rendas. A respeito dos estragos nesta, veremos no trecho que trata de conflitos de súditos italianos com o governo brasileiro em face à acusação da prática de contrabando, que a Fazenda Nacional mencionou que documentos da Mesa de Rendas em São Borja perderam-se com a invasão paraguaia. Gay assinala que saques também foram praticados por estrangeiros residentes em São Borja.<sup>169</sup>

Além de furtos e depredação de bens materiais da população, de casas particulares, de casas de comércio e de bens públicos, limitemo-nos a tangenciar os danos causados à igreja local, detentora de patrimônio coletivo quanto à memória condensada até então, pertencente, inclusive, a italianos e descendentes na época residentes na vila de São Borja e no território de sua jurisdição eclesiástica administrativa como a vila de Itaqui.

<sup>167</sup>GAY, 1980, op. cit., p. 87-seg.

<sup>168</sup>GOLIN, Tau. *Missioneirismo, Guaranização e Indianização*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F. [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda, 2011, p. 291-292.

<sup>169</sup>AHRGS – Legação italiana Expediente intern da Inspeção da Tesouraria de Fazenda da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O próprio comandante da força invasora e o padre Duarte, chamado pelos seus de “[...] señor vicário [...]”, tido por general-em-chefe, antes dos saques celebravam uma “[...] cerimônia eclesiástica [...]” na porta do estabelecimento ou casa a ser saqueada, contra “[...] los perros brasileños [...]”. Não encontraram o padre da igreja de São Borja, que era o cônego João Pedro Gay, para prendê-lo, liquidá-lo ou remetê-lo como troféu a Solano Lopez.<sup>170</sup> Por narrativa deste religioso, os paraguaios realizaram buscas no acervo documental na casa paroquial e na igreja da vila, depois de convenientemente cercadas:

Em um momento, o escritório, as cômodas e os armários foram abertos a golpes de machado, sem sequer repararem que as chaves se achavam em todas as fechaduras. Em um instante todos os móveis da casa foram revolvidos. Os livros e papéis foram espalhados sobre as mesas e no chão; os paramentos da igreja, as roupas e os trastes dispersos em toda parte.

Em prosseguimento à narrativa dos estragos provocados pelo comando paraguaio e seus homens, lê-se na referenciada obra do cônego Gay:

Seja que o Coronel Estigarríbia desanimasse no exame dos papéis e dos livros do vigário de São Borja, de que continuavam a encontrar baús cheios, seja que Sua Excelência entendesse pouco disso, ele deixou ‘al Vicario’ e ao secretário continuarem o exame, e foi sentar em cadeira de balanço à porta da entrada da casa.

O desastrado comandante chamou mais uma vez o basco encarregado da casa paroquial, submeteu-o a mais algumas perguntas inquisitoriais sobre as alfaias, a prataria da igreja e o destino do padre de São Borja, que era um francês estudioso e dedicado aos livros. Nada obtendo, Estigarríbia ordenou ao basco: “[...] resguardar do fogo a casa onde residia com sua família, pegada à casa da residência do vigário, cuja casa ele trazia também ordem de queimar depois de saqueada”. O apavorado basco respondeu ao comandante paraguaio:

---

<sup>170</sup> GAY, 1980, op. cit., p. 87.

[...] que lhe era impossível preservar do fogo a casa de sua morada se incendiasse a casa de residência do vigário, por estarem contíguas, além de que, continuou o basco, tinha alugado todas essas casas em sociedade com vários indivíduos, um arquiteto italiano, um francês marceneiro, todos trabalhadores na igreja nova, [...].<sup>171</sup>

O cônego mencionado elaborou longa e minuciosa relação dos documentos, livros e escritos destruídos ou desaparecidos da casa do pároco e da igreja de São Borja por força do vandalismo do invasor. Dentre a descrição dos livros paroquiais desaparecidos, expressamente consta “[...] livros do cartório eclesiástico [...]”, desaparecidos tal como documentos na mesa de rendas local.

O prejuízo decorrente de tais atos e fatos repercute até os dias atuais. Registros de batismo, casamento e óbito existentes no referido cartório eclesiástico de São Borja, foram destruídos. Conseqüentemente, foram perdidos documentos que comprovam vínculos familiares de pessoas registradas nesse cartório. No caso de italianos, hoje descendentes ressentem-se da falta de certidões como a de batismo e casamento de ancestrais, necessárias para formalização de processos visando o reconhecimento da dupla cidadania italiana por herança derivada da origem peninsular.

A vila de Itaqui também sofreu a barbárie da coluna invasora, que se deslocou pela margem do rio Uruguai para o Sul, a partir de São Borja – **Figura nº 19**. Em 07 de julho de 1865, o exército paraguaio fez sua entrada na vila, abandonada com antecedência pela maior parte das famílias, já que sabedoras que a vizinha São Borja foi invadida no dia 12 de junho. Houve tempo para salvar parte dos seus bens.

O mesmo cônego em referência deixou registrado outros acontecimentos. Escreveu que os negociantes em Itaqui conseguiram retirar uma parte de suas fazendas e

---

<sup>171</sup> GAY, 1980, op. cit., p. 87-88.

artigos de negócio para lugar seguro antes da chegada dos paraguaios. Não tendo encontrado tanto o que saquear como encontraram em São Borja, o invasor se vingou da penúria deliberada nos estrangeiros e a “[...] maior parte perderam consideravelmente em seus interesses”.

A narrativa do mencionado religioso prossegue. Os estrangeiros residentes em Itaqui não fugiram à aproximação da força estrangeira, confiando estarem, como súditos, ao abrigo da bandeira dos respectivos países de origem, hasteada na porta principal da casa de residência ou casa de comércio. Em alguns dos locais onde hasteada, os soldados arriavam “[...] a bandeira espanhola ou italiana, para poder saquear com franqueza e a seu gosto”. Alegavam que não injuriavam nenhuma bandeira e que respeitavam-nas, “[...] mas que as fazendas que tomavam não era a bandeira, nem tinham nada com ela”. Depois da rendição em Uruguaiana, o imperador D. Pedro II visitou as vilas de Itaqui e São Borja. Itaqui ainda estava quase deserta, “[...] achando-se nela um certo número de homens, a maior parte estrangeiros, porém quase nenhuma família, porque não tinham ainda regressado da emigração”.<sup>172</sup>

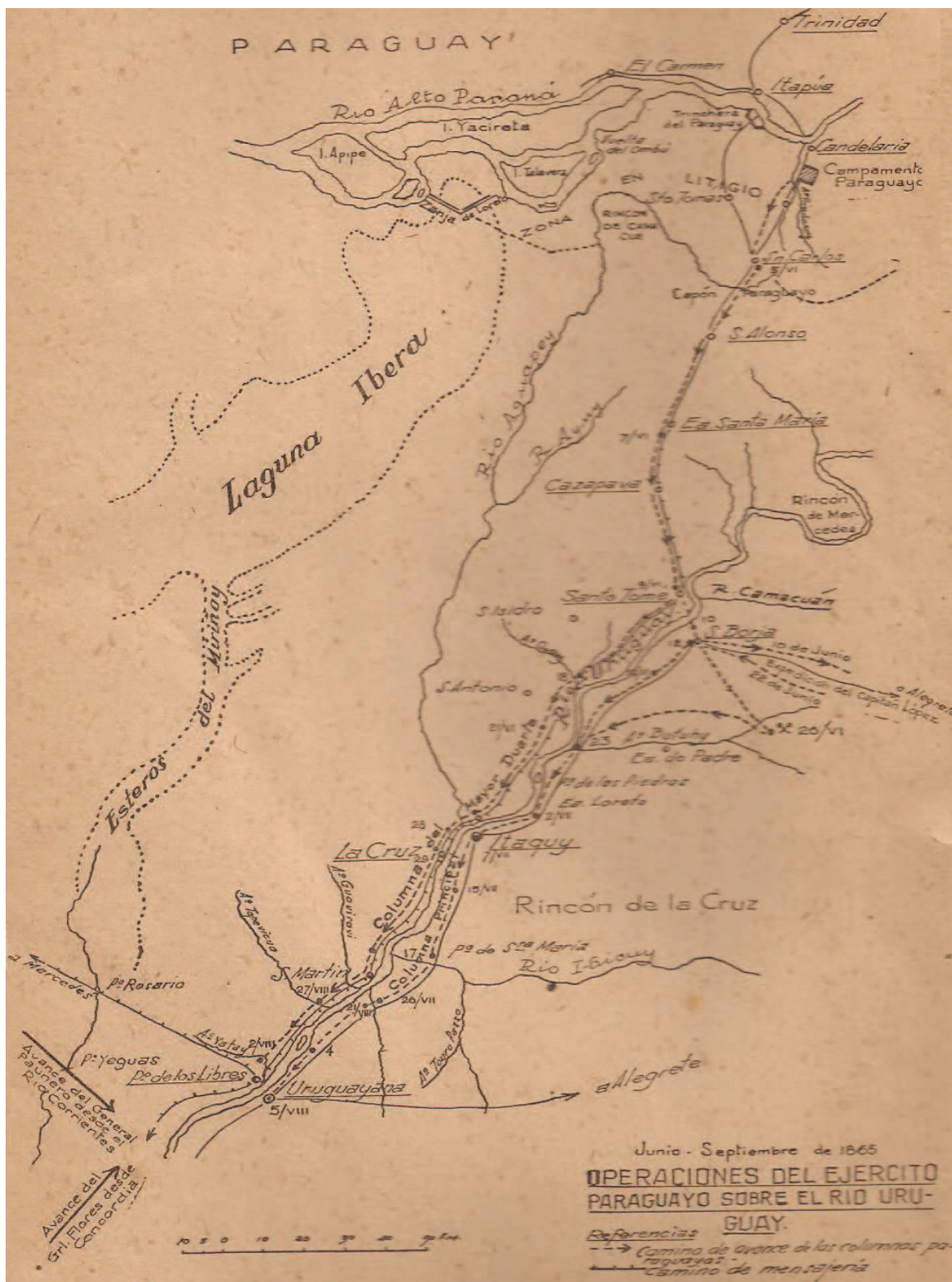
Uruguaiana não teve melhor sorte em relação aos dois municípios vizinhos também vitimizados, onde a permanência da coluna invasora foi mais longa. O autor do texto abaixo transcrito, membro da comitiva imperial e genro de Dom Pedro II, foi testemunha ocular dos fatos por ocasião da chamada rendição de Uruguaiana:

[...] depois que por lá passou a invasão paraguaia, é uma cidade cheia de ruínas. Não há uma só casa que não tenha sido saqueada; todos os objetos que podiam ser utilizados ou levados, o foram; e tudo o mais, destruído. Vêm-se pelas ruas cadeiras e canapés partidos; as portas foram arrombadas, os vidros todos partidos; devastaram por devastar.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> GAY, 1980, op. cit., p. 151.

<sup>173</sup> D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 158.



**Fonte:** BEVERINA, Juan. *La guerra del Paraguay* (1865-1870). Buenos Aires: Tallares G. Buschi, 1943, croquis 3.

**Figura n° 19.**



#### 2.4.2 As reparações - indenizações

O vice-cônsul da “[...] Régia Delegação Consular da S.M. O Rei d’Itália em Porto Alegre [...]”, em 22/09/1865, ainda no início daquele conflito, enviou expediente ao presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para informar que o súdito italiano Thomáz Pittaluga, antigo comerciante de São Borja preveniu-lhe, por escrito, que reclamaria reparações aos danos que sofreu. O súdito mencionado dizia:

[...] de só esperar o restabelecimento das autoridades brasileiras para legalmente provar o grande prejuízo que sofreu com o terem os paraguaios invadido aquela vila, a fim de poder formar a reclamação do seu grande prejuízo para ser presente ao Governo de S. M. Imperador, [...].<sup>174</sup>

A autoridade consular referida enviou uma correspondência de retorno ao Vice-Presidente da Província, informando que recebeu ofício daquela vice-presidência. Os súditos nominados no documento residiam na vila de Itaqui. Nessa correspondência, o cônsul transcreveu parte do conteúdo do ofício que recebeu:

[...] para que faça saber aos súditos italianos Vicente Gervázio, Santiago Gabardi, José Piffero, Carlos Bonetti, Silvério Piaggetti e João Maria Bonetti que o processo de reclamação pelos prejuízos que sofreram com a invasão das forças do Paraguai nesta Província, tinham sido remetidos pelo Ministério dos Negócios do Império ao de Estrangeiros, a fim de resolver a respeito como entender, e que o Governo Imperial se não responsabilizava pelas reclamações dos ditos italianos.<sup>175</sup>

[Cópia desse ofício – **Figura nº 20**].

<sup>174</sup> AHRGS – Legação Italiana. Ofício da “Régia Agência Consular de S. M. O Rei d’Itália em Porto Alegre” ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, em 22/09/1865.

<sup>175</sup> AHRGS – Legação Italiana, ofício expedido em 28/07/1866.

2966 2/4 +

Imo e

Pelo officio de 9 do corrente meza Communião Voa, para  
 que faza saber aos subditos Italianos Vicente Ferrario, Santiago Galvordy, o  
 Rafael, Carlos Bonetti, Ferrario Biagutti, e João Maria Bonetti, que se proce-  
 ra de reclamação pelos prejuizos que soffreram com a invasão das forças do  
 Paraguai nesta Província, tinhão sido remittidos pelo Ministerio das Neg-  
 ocijs do Imperio ao de Estrangeiros, afim de resolver arripito como interduzido  
 que o Governo Imperial se não responsabilizava pelas reclamações dos  
 ditos Italianos. Certo no que se dignou fazer-me saber, vou levar  
 ao conhecimento dos referidos subditos Italianos a tudo em que se achão os  
 processos de suas reclamações.

Deo Guarde a V. Ex. por muitos annos.  
 Regia Junta Consular de S. M. M. de Italia em Porto Alegre 28 de  
 Julho de 1866.

Imo e  
 Sr. Sr. Antonio Augusto Pereira da Cunha Vice Presidente desta Província.

Regio Consular.

Antonio de Freitas Barreto Leiria

Fonte: AHRGS – Legação Italiana, officio expedido em 28/07/1866.

Figura nº 20.

Carlos Bonetti, que consta dentre os nomes transcritos no aludido expediente consular de 28/07/1866, também consta na página 10 dos autos do inventário do tenente-coronel Domingos Corrêa referenciado em trecho do item *1.6 Comércio e transporte da erva-mate*, adiante. Carlos firmou o seu nome escrevendo Carlo Bonetti, em recibo passado em espanhol, referente ao caixão para a “[...] catacumba [...]” de Domingos, falecido em 1869.<sup>176</sup>

Passo seguinte, o vice-cônsul em referência enviou dois expedientes ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a justificação de Vicente Gervázio e Santiago Gabardi e seus sócios. Em ambos os expedientes ressaltou: “[...] pelos prejuízos que sofreu dos paraguaios quando entraram e ficaram senhores da vila de Itaqui, [...] no importe de [...]” Para o primeiro dos súditos nominados, o prejuízo importava em “24:689\$000 réis”. E, para Gabardi e sócios, em “64:758\$000 réis”.<sup>177</sup>

A mencionada representação consular encaminhou, ainda, ao Presidente da Província a justificação dos prejuízos do súdito Luis Pittaluga, no importe de “30:732\$500 réis”. Mencionou as justificações encaminhadas em 30/04/1866.

Como visto, o cônsul interveniente e os súditos foram informados que: “[...] o Governo Imperial se não responsabilizava pelas reclamações dos ditos italianos [...]”.

## **2.5 Síntese: italianos e ítalo-descendentes presentes na área, antes de 1875**

Em decorrência das presenças noticiadas, tem-se rol de nomes de italianos ou descendentes anteriores a 1875 na área da pesquisa, na ordem alfabética do primeiro nome: Adolpho Cachaniga Bonorino, Alexandre Lombardo, Antonio Bonorino e seus filhos,

<sup>176</sup> Idem APERGS – 1869. Inventário nº 169.

<sup>177</sup> AHRGS – Legação Italiana, dois ofícios expedidos em 30/04/1866.

Augusto César Cademartori, Carlo Dellamora, Carlos Bonetti, Domenico Dellamora, Dominga Bonorino, Francisco Canepa, Gregório Erisch, Luis Canepa, Luis De Luchi, Remondini, João Banchelli, João Arcetti, João Maria Bonetti, José Piffero, Luis Pittaluga, Manoel Batista Canepa, Nicolao Di Amico, Pablo Caccianiga ou Cachaniga, Paschoal Minoggio, Paulo Difendente Minoggio, Regina Zanoni Arcetti ou Archetti, Thomaz Pittaluga, Vicente Gervázio, Santiago Archetti, Santiago Gabardi, Sevério ou Silvério Piagetti e os filhos João Aurélio, Hermelinda e José.

Assim, a presença de italianos e descendentes em São Borja, Itaqui e Uruguaiana precede a 1875 e ao longo deste trabalho dissertativo ver-se-á que vários dos citados, e outros, deixaram marcas no panorama social onde viveram. Por outro lado, fica demonstrado o equívoco de versões divulgadas com suposto timbre histórico local quanto ao povoamento do espaço por itálos, como a seguinte: “Os primeiros italianos vindos para Itaqui, via Argentina, aqui chegaram por volta de 1875, durante o império de Dom Pedro II”.<sup>178</sup> E isto que o autor dessa notícia no jornal infra referenciado, jornalista João Rossi Nery, editor titular de coluna denominada *Nem todos sabem ...*, era neto de italianos que chegaram em Itaqui por Buenos Aires.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 27/05/1995.

<sup>179</sup> Entrevista de B. D. Rossi Nery. Itaqui, em 07/11/2011.

### **3 ITALIANOS E DESCENDENTES EM SÃO BORJA, ITAQUI E URUGUAIANA, CHEGADOS VIA RIO DA PRATA**

Neste capítulo, de maneira geral tem-se uma panorâmica da chegada de imigrantes após 1875, através de informações em fontes primárias, principalmente pela memória em depoimentos de descendentes, o que possibilitou a elaboração da nominata de imigrantes constantes em quadro-síntese ao final do mesmo. Assim, vislumbra-se o porto do desembarque – Montevideu ou Buenos Aires, a profissão, local de origem na Itália, época aproximada da chegada no Brasil e a respectiva área de atração, itinerários percorridos por alguns até a instalação definitiva nas três referidas localidades brasileiras objeto desta investigação. Também encontra-se resposta à perquirição sobre a existência de parentes no Uruguai e na Argentina.

Observa-se que, face às diferenças culturais e ao choque inicial dessas diferenças, a identidade étnica dos recém-chegados evidenciou-se ao menos em três momentos ou circunstâncias bem definidos: a) já em 1859, com a visita do representante da Sardenha à colônia em Itaquí; b) com o pedido de indenização por súditos italianos, prejudicados com a invasão paraguaia em 1865, que ocorreu, no sul do País, exatamente nos três municípios brasileiros referidos onde ocorreu a imigração italiana pelas águas do Prata; c) com a criação das sociedades italianas de mútuo socorro em Uruguaiana e Itaquí. Nesta localidade houve, em 1887, clamor de súdito italiano através da imprensa pela morte de um imigrante sem parentes no Brasil e, assim, esse fato chegou ao conhecimento do sistema policial, do judiciário e do consulado italiano em Porto Alegre.

Também observa-se que o trabalho foi a forma de inserção e integração dos imigrantes na sociedade hospedeira e que muitos valeram-se dessas duas mutuais italianas como instrumento de organização, representação, proteção e progresso pessoal e coletivo. Ao final da presente dissertação condensamos, no Anexo 1, obras e ações noticiadas em trabalhos escritos por terceiros.

### **3.1 Porto de desembarque dos imigrantes e profissão**

O porto de desembarque no Prata, o local de origem na Península Itálica, atividade ou profissão declarada na chegada ao Brasil para uma primeira visão, estão contidas no referido quadro-síntese.

A atividade ocupacional era variada e encontra indicação no referido quadro-síntese. Exerciam atividade ou profissão de alfaiate, agricultor, comerciante, construtor, ferreiro, funileiro, hoteleiro, jornaleiro, marceneiro, marinheiro, músico, ourives, padeiro, pedreiro, sapateiro, inclusive a atividade de empresário, pecuarista e motorista já na década de 1930.

Há casos em que as fontes orais e documentais no País não foram suficientes para aclarar a origem italiana e o porto de desembarque, tendo-se de buscar elementos probatórios em Montevideu e/ou Buenos Aires. Exemplificativamente, para Antonio Bonorino e Ângelo Caetano Messa.

### 3.2 Local de origem na Península Itálica

Quanto aos locais de origem, com base na memória de descendentes e em algumas fontes escritas referenciadas, a maioria procedia do norte da Península, inclusive do Tirol. Observa-se a chegada dos imigrantes do centro e do sul da Península sobretudo depois do início dos anos noventa.

Constata-se a presença de imigrantes provenientes de quase todas as atuais regiões italianas: Trentino-Alto Ádige ou Friuli-Alto Ádige, Friuli-Venezia Giulia, Vêneto, Lombardia, Piemonte, Ligúria, Emilia Romagna, Marche, Toscana, Roma, Campânia, Basilicata, Calábria e Sicília.

Citamos um caso ilustrativo. Manoelito de Ornellas em seu livro *Terra Xucra* narra a presença de um professor tirolês que lhe ministrou aulas de matemática e alemão em um ginásio instalado numa fazenda-fortaleza no município de Itaqui.<sup>180</sup> Esse autor recorda que ficou marcada na memória dos alunos desse ginásio o perfil e a atuação de Carlos Jerlan, bacharelado pela Universidade Innsbruck – capital do Tirol.

A proveniência de Jerlan não se constituiu exceção em Itaqui. Evidencia a presença de naturais do Tirol, território então totalmente austríaco. No quadro-síntese no Capítulo 3, constam imigrantes originários da região do Tirol: Bonapace, Dondo, Frensinghelli, Signoretti, Passamani. No passaporte de Paulo Bonapace encontra-se explícita essa origem.

---

<sup>180</sup> ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 106.

Em outros locais do Rio Grande do Sul, a presença tirolesa também se fez notar, inclusive com topônimos rememorando o território tirolês. A cidade de Taquara, RS, até certo momento denominou-se Novo Tirol.<sup>181</sup> A partir da Primeira Guerra, a parte meridional do Tirol passou a constituir a região italiana do Trentino-Alto Adige.<sup>182</sup>

### 3.3 Época da chegada no Brasil

Todos os descendentes entrevistados demonstram certeza quanto ao porto de chegada do seu ancestral na América do Sul. Mas a época exata tanto em Montevideu e Buenos Aires, quanto em São Borja, Itaqui e Uruguaiana, salvo algumas exceções, é um questionamento sem resposta precisa – vide quadro-síntese no final deste capítulo. À questão “Quando?”, poucos dispõem de exatidão em termos de dia, mês e ano. A maioria deduz referenciais temporais, como “[...] logo após a guerra do Paraguai [...]”, “[...] no final do século 19 [...]”, “[...] depois do início dos anos noventa [...]” ou “[...] aproximadamente na década tal [...]”.

Para alguns dos imigrantes nominados, o ano de chegada no Brasil corresponde a 1889, 1902, 1911, 1919, 1922 e 1935, conforme informações de descendentes e expostas no quadro-síntese. A chegada que ocorreu em 1935, por ora se descobre a mais recente, em Itaqui. Trata-se da imigração de Giovanna Vecchio, então com cinco anos, acompanhada do pai e avô que re-imigravam da Itália para o Brasil através do porto de Buenos Aires. Trata-se também da única pessoa que nasceu na Itália, encontrada e contatada na área da pesquisa.<sup>183</sup> E outra constatação, o ítalo-descendente Antonio Bonorino que consta no quadro-síntese e no Apêndice A, deixou rastros documentais vigorosos da ascendência e insere-se na imigração italiana precoce ocorrida em Montevideu, bem como na ocorrida na área territorial brasileira desta pesquisa.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> CENNI, Franco. *Italianos no Brasil – andiamo in 'Merica'*. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 151-152.

<sup>182</sup> Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tirol> – Acesso em 07/07/2011.

<sup>183</sup> Entrevista de G. Vecchio. Itaqui, em 09/11/2009.

<sup>184</sup> APOLANT, 1975, op. cit., p. 1090.



Alguns imigrantes se anteciparam à vinda da família, a qual permaneceu em território italiano como a de Bernardo Bonetti.<sup>185</sup> Observou-se, também, que alguns vieram com apoio de parentes ou amigos que já se encontravam em Buenos Aires, Montevidéu, em Itaquí ou Uruguaiana. Por exemplo, Domingos Fossari.<sup>186</sup> João Petrine.<sup>187</sup> Ou João Schenini, todos estes com apoio ou recepção de familiares em Buenos Aires.<sup>188</sup> Ou Matteo Chiarelli, com apoio da mãe na Itália e os irmãos em Montevidéu.<sup>189</sup> Ou o pai da italiana Carmem Gotuzzo que encontrava-se com a família no Salto, ROU, e foi levado pelo irmão Gaetano Gotuzzo para Pelotas, onde este encontrava-se estabelecido com hotelaria e era o pai do pintor Leopoldo Gotuzzo.<sup>190</sup>

O apoio dos amigos e vizinhos também foi decisivo. É o caso de Pedro Ruffoni, com o auxílio de membros da família Mondadori.<sup>191</sup> Ou André Rossi, apoiado por João Schenini que o precedeu na chegada, também em Itaquí.<sup>192</sup> Em Uruguaiana, também tem-se notícia de outros exemplos: “[...] começou um, depois veio outro. Veio Belline, [...]. O Belline trouxe o Chiarelli. O Chiarelli trouxe o Mandarino. E todos começam a vir por Montevidéu, todos vinham de Montevidéu”.<sup>193</sup>

Para auxiliar na sustentação da família que permaneceu na Península, alguns imigrantes empenharam-se em enviar recursos monetários aos seus. Veja-se as narrativas a respeito deste tema pelos imigrantes portadores do sobrenome Schenini e Alfano – Apêndice A. Nesse sentido, destaca-se aqui ato de homenagem realizado pelos descendentes de imigrantes procedentes de San Benedetto Ullano – 20 km da cidade de Cosenza, na Calábria –

---

<sup>185</sup> Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura.

<sup>186</sup> Entrevista de J. César Fossari. Itaquí, em 09/11/2009.

<sup>187</sup> Idem entrevista de A.C. Flain Petrini.

<sup>188</sup> Idem entrevista de P. Schenini.

<sup>189</sup> Entrevista de C. Chiarelli Mascia. Uruguaiana, em 29/04/2010.

<sup>190</sup> Entrevista de M. C. Moreira Kaspel. Uruguaiana, em 30/04/2010.

<sup>191</sup> Entrevista de A. Silveira Floriano. Itaquí, em 05/11/2009.

<sup>192</sup> Entrevista de M. Neves e Carolina Rossi. Itaquí, em 05/11/2009.

<sup>193</sup> Entrevista de G. Alfano. Uruguaiana, em 24/02/2010.

residentes em Buenos Aires, ao brasileiro Gennaro Alfano e a sua mãe pelo trabalho desempenhado pela mesma a essa comunidade antes de emigrar.

Os pais do uruguaianense G. Alfano eram naturais de São Benedito, na Itália. Em 1933 sua mãe, Luiza Maria Carmela Bonelli, imigrou para Uruguaiana ao casar-se com Vicente Alfano. Este, depois de ter vivido cinco anos em Buenos Aires, em 1919 radicou-se na referida cidade fronteiriça.<sup>194</sup> Com a presença do ítalo-brasileiro Gennaro na capital portenha foi coletivamente lembrado pelos descendentes “[...] beneditessi [...]” o trabalho relevante que a conterrânea sua mãe realizou em prol daquela comunidade em ambos os continentes. Maria Luiza exerceu a função de gerência do banco postal com abrangência em cidades no sul da Itália, zelando para que as remessas de dinheiro dos imigrantes em Buenos Aires chegassem aos seus parentes em San Benedetto Ullano, e em todas as partes:

[...] eu tive uma surpresa maraaavillhosa quando eu fui a primeira vez em Buenos Aires. Os “sanbenedittesi”, como se diz aos sãobeneditanos moradores em Buenos Aires, me fizeram um jantar em homenagem porque eu era filho da minha mãe! Porque eles mandavam dinheiro pra minha mãe e ela entregava para os pais, os parentes lá em San Benedetto.<sup>195</sup>

### *3.3.1 Área de atração*

Quanto ao local de estabelecimento ou instalação dos recém-chegados, observa-se que há uma correlação com o surgimento e crescimento dos dois núcleos habitacionais mais recentes em relação à São Borja, seja, Itaqui e Uruguaiana. Observa-se que os imigrantes instalados em Itaqui procediam em sua grande maioria, nos anos oitocentos, do norte italiano. Uruguaiana, chamada a princesa do rio Uruguai, despontou na geografia política local a partir

---

<sup>194</sup> ALFANO, 2006, op. cit., p. 40-41.

<sup>195</sup> Idem entrevista de G. Alfano.

da Revolução Farroupilha.<sup>196</sup> Nesta cidade, nos anos noventa, a predominância foi de originários do sul da Península.

A maioria dos nomes elencados no quadro-síntese deslocou-se diretamente de Montevideu ou Buenos Aires para a área geográfica em foco. Dos peninsulares ou descendentes constantes no quadro-síntese no final deste capítulo, alguns permaneceram por algum tempo em uma ou outra destas duas capitais, como narrado no Apêndice A. Outros permaneceram temporariamente em locais do território uruguaio ou argentino, como Paisandu, Salto, Concórdia e Curuzú-Cuatiá. E há casos de imigrantes com passagem pelo Paraguai. Paschoal Vomero encontrava-se estabelecido em Buenos Aires. Em decorrência de movimento armado na capital argentina, deslocou-se para o Paraguai, onde casou-se com descendente de espanhóis.<sup>197</sup> E Luiz Cocolichio quando veio da Itália, depois de aportar em Buenos Aires também esteve de passagem no Paraguai, onde estabeleceu vínculo familiar pelo casamento com natural guarani.<sup>198</sup> Posteriormente, Vomero e Cocolichio instalaram-se definitivamente em Itaqui, onde nasceram todos os seus filhos.

Também observa-se casos de imigrantes estabelecidos no interior do Uruguai ou da Argentina que depois foram atraídos para a área desta pesquisa: Alberto Lamarca [Paisandu, ROU], Alexandre Cacciatore [Curuzu-Cuatiá, província argentina de Entre Rios], Celestino Flain [Salto, ROU], Felipe Mandarino [Salto, ROU], Humberto Braccini [Salto, ROU], João Lunardini [São Pedro, província de Buenos Aires, RA], João Petrine [Trenque Lauken, província de Buenos Aires, RA], Paschoal Lamarca [Paisandu, ROU].

Há casos de imigrantes que entraram no Brasil por outros pontos da fronteira sul ou estabeleceram-se em outros pontos do território nacional e por si ou descendentes acabaram na focada área de atração. Tal se verificou com Antonio Contursi [Porto Alegre], Magdalena Dondo [Livramento e Alto Uruguai], Carmem Gotuzzo [Pelotas], Guillermo

---

<sup>196</sup> VILLELA, Urbano Lago. *Uruguiana, atalaia da Pátria: o homem, o meio e a história*. Canoas: Editora La Salle, 1971 – p. 301.

<sup>197</sup> Entrevista de L. I. Escobar Vomero e M. Escobar Vomero. Itaqui, em 05/11/2009.

<sup>198</sup> Entrevista de E. Palma Cocolichio. Porto Alegre, em 18/06/2010.

Mautone [Bagé e Pelotas]. Também há casos de imigrantes estabelecidos nas imediações da linha de fronteira Brasil-Uruguai ou Brasil-Argentina e depois se estabeleceram na vizinha e apontada área brasileira. Cita-se o caso de Antonio Deferrari [Artigas, ROU], de Francisco Malfussi [Yapeju e Alvear, RA], de Domingos Passamani [Bela União, ROU].

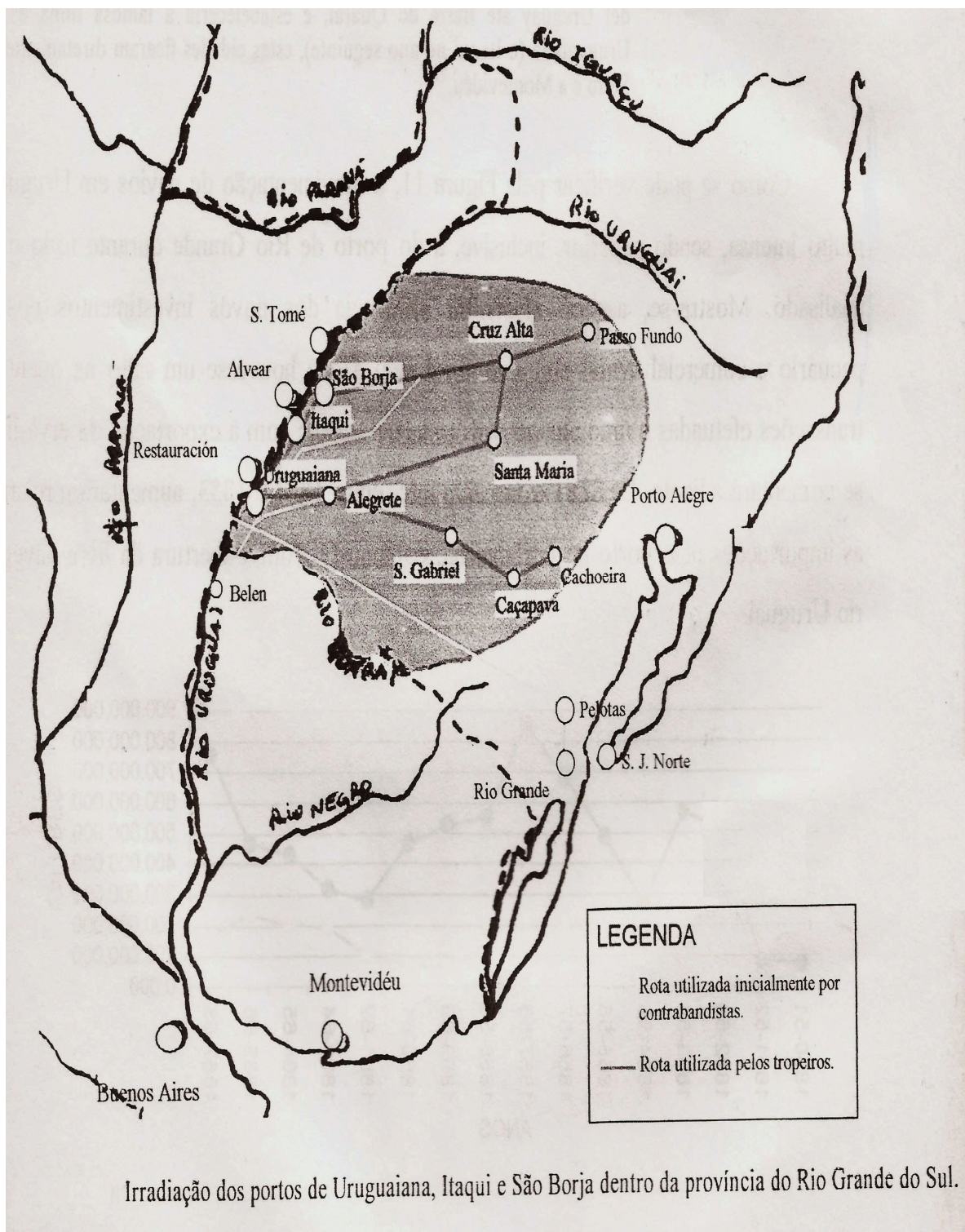
Observa-se, ainda, a ocorrência de mobilidade cruzada de imigrantes peninsulares, de um local para outro no interior da área. De São Borja para Itaqui, de Itaqui para Uruguaiana e desta para São Borja, casos como de Antonio Bonorino, de José Beltran, de João Lunardini.

Consta na citada obra *Câmara de Vereadores de Itaqui*, elaborada por um grupo de pesquisadores, que os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, situados na fronteira argentina e uruguaia, além das correntes imigratórias do centro do país também recebiam estrangeiros devido, “[...] entre outras causas, a atração pela facilidade do comércio com os Países da Bacia do Prata, [...]”. E também consta que, desde o início esses municípios, em função dos respectivos portos, se configuraram estratégicos sob o ponto de vista econômico, por onde “[...] passavam a maior parte da mercadoria que entrava na província e no Brasil via Rio Uruguai.”<sup>199</sup> Em *Negócios na madrugada*, Colvero apresenta uma esclarecedora projeção da irradiação dos portos de Itaqui, Uruguaiana e São Borja dentro da província do Rio Grande do Sul – **Figura nº 21.**<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> COLVERO e SOARES, [Orgs.], *et al*, 2010, op. cit., p. 24 e 64.

<sup>200</sup> COLVERO, 2003, op. cit., p. 96.



**Fonte:** COLVERO, Ronaldo B. *Negócios na madrugada: formação e expansão do comércio ilícito em Uruguiana*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 96.

**Figura nº 21.**

Constatamos através de entrevistas com ítalo-descendentes, que esses portos também serviram de porta de entrada para imigrantes italianos que seguiram para outros destinos no território brasileiro. A esse respeito, B. D. Rossi Nery, neta do casal italiano João Baptista Rossi e Isolina Biasca Rossi chegados pelo porto de Buenos Aires e depois estabelecidos em Itaqui, disse: “E veio, não é? Veio italiano pra cá pro Itaqui. Ahhh! E foi assim, quando chegavam se dividiam: uns foram pra São Borja, outros aqui pra Uruguaiana”.<sup>201</sup> G. N. Portella Trindade, neto do italiano Juvenal De Portella, referindo-se à chegada do seu avô por Buenos Aires: “Inclusive veio ele, mais [...] dois irmãos, [...]”. E informou que ancoraram e desembarcaram entre Itaqui e São Borja, no Cambaí.<sup>202</sup>

O chamado rio Cambaí é um pequeno afluente do rio Uruguai, que desemboca a montante e quase junto da cidade de Itaqui. No Cambaí a antiga Flotilha do Alto Uruguai, organização da Marinha de Guerra sediada nessa cidade e que foi desativada em 1906, mantinha o ancoradouro dos seus navios. José Hemetério Velloso da Silveira refere-se ao mesmo.<sup>203</sup> Portella Trindade acrescentou em seu depoimento: “E os outros dois irmãos, [...] segundo notícia [...] um ficou naquela região [...] perto da grande Porto Alegre, por ali, Porto Alegre. E o outro subiu [...] pro lado de São Paulo. Isso nos idos ali pela década 92, 1892”. Um outro exemplo de passagem por Itaqui: bem antes dos anos noventa, o italiano José Beltran aportou em Montevideu e estabeleceu-se nesta cidade com comércio e hotelaria. Depois se mudou para Uruguaiana, onde sua esposa tinha uma pensão, na qual se hospedavam conterrâneos da península itálica e aí realizavam bailes. Ao lado da mesma havia um terreno que foi adquirido por um grupo de italianos e ali construíram, em 1879, a sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, – vide Apêndice A, Beltran. De descendente do italiano José Beltran tem-se mais:

[...] pelo que eles contavam, [...] era mais fácil eles emigrarem [...] pelo Uruguai, pela Argentina que desembarcá direto no porto brasileiro [...] pelo que eles falavam era mais fiscalizado que na Argentina e no Uruguai. Então, eles vinham via fronteira, que a passagem do Uruguai, principalmente do

<sup>201</sup> Idem entrevista de B. D. Rossi Nery.

<sup>202</sup> Entrevista de G. N. Portella Trindade. Itaqui, em 15/06/2010.

<sup>203</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 386.

Uruguai para o Brasil, era mais fácil. Até mais fácil que na Argentina. Pelo menos é o que eles falavam na época.<sup>204</sup>

Além do atrativo do franco desenvolvimento e como ponto estratégico em todos os sentidos, em relação à entrada de imigrantes através desses três municípios caberiam as considerações a seguir. Muitos italianos preferiram desviar-se para a Argentina, não pelo fato de as condições climáticas serem assemelhadas às da Europa, mas também por que aquele país vizinho possuía condições legais mais eficientes que as nossas. Contra a deficiente estrutura das leis brasileiras relativas à imigração, Taunay – Alfredo d’Escragolle Taunay trabalhou e muito se debateu.<sup>205</sup>

Comparando-se o Brasil e a Argentina, no país vizinho desde 1º de outubro de 1869 a naturalização era concedida após o preenchimento de alguns requisitos simples e daí o citado Taunay, grande batalhador pela imigração em nosso País, atribuir à Igreja a maioria das dificuldades – casamento civil, registro civil, secularização dos cemitérios – à aprovação de leis pertinentes ao tema, fazendo que a emigração espontânea preferisse os Estados Unidos ou à Argentina.<sup>206</sup>

Ante tal cenário, a própria imprensa, através do *Jornal do Comércio* em 1879, levantou-se a favor da imigração, alertando: “Cuidado! A imigração escasseia de modo sensível, corre para o Rio da Prata, procura outros países da América, abandona o Brasil”.<sup>207</sup> Registro contido nos anais em referência diz que o imigrante que chegasse aqui e dando-se conta da verdadeira situação, seguiria para a Argentina e até para os Estados Unidos.<sup>208</sup>

<sup>204</sup> Entrevista de P. C. Rodrigues Beltran. Uruguaiana, em 30/04/2010.

<sup>205</sup> ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 97.

<sup>206</sup> Anais da Câmara dos Deputados, Ano 1875, p. 71 – Tomo VI.

<sup>207</sup> Anais da Câmara dos Deputados, Ano 1884, p. 33 – Tomo II.

<sup>208</sup> Idem Anais, p. 36 – Tomo II.

### 3.3.2 *Parentes no Uruguai e na Argentina*

Observa-se a ocorrência de diversas situações: parentes que vieram anteriormente para o Uruguai ou para a Argentina, parentes que chegaram juntos e permaneceram nesses dois países, parentes que nasceram no Brasil e para lá se deslocaram ou lá nasceram.

Na relação dos imigrantes constantes no quadro-síntese e na leitura no Apêndice A, observa-se que mais de 40 % dos mesmos têm parentes no Uruguai e ou na Argentina. Pelo sobrenome: Bonorino, Braccini, Cacciatore, Caffarate, Chiarelli, Cocolichio, Contursi, Drago, Flain, Fossari, Fresinghelli, Lamarca, Landarini, Lunardini, Malfussi, Mautone, Morreti, Rastelli, Rossi, Ruffoni, Schenini, Veppo, Vomero.

Face o exercício de atividade em contato com o público, alguns desses parentes de fronteiriços ítalo-brasileiros são conhecidos pelos seus co-nacionais na Argentina ou no Uruguai. Cita-se Esteban Bonorino, irmão de Antonio Bonorino e Dominga Bonorino em São Borja e Itaquí, lutou em Buenos Aires contra a expulsão dos ingleses em 1806 e 1807.<sup>209</sup> Participou ativamente do movimento de *25 de mayo de 1810* e dos movimentos de consolidação do estado-nacional argentino.<sup>210</sup> Em sua memória, há na capital portenha a *Calle Coronel Esteban Bonorino*. Seus filhos Martiniano e José Maria Bonorino, nacionais argentinos, lutaram na guerra da Cisplatina contra o Brasil como corços.<sup>211, 212</sup>

Oswaldo Cacciatore, membro da família de Alexandre Cacciatore em Itaquí, foi prefeito [intendente] de Buenos Aires.<sup>213</sup> Pertenceu à Força Aérea Argentina, alcançando o

<sup>209</sup> GONZÁLEZ, 2008, op. cit., p. 39-40.

<sup>210</sup> BALESTRA, Efraín Nuñez. *Buenos Aires 1810: ¿revolución o golpe de estado?* Montevideo: Orbe Libros, 2010, p. 115.

<sup>211</sup> AGN, Bs As – Sala X, 14-5-1, 29/5/1827.

<sup>212</sup> AGN, Bs As – Sala III, 60-3-11, Fecha 3/10/1882.

<sup>213</sup> Entrevista de J. O. Ramos Sayago. Porto Alegre, em 1º/07/2010.



posto de brigadeiro. No início da sua carreira militar, participou de movimentos políticos e foi obrigado a exilar-se em Montevideu.<sup>214</sup>

Pascual Contursi e José Maria Contursi, respectivamente pai e filho, celebrados letristas de tango em Buenos Aires, foram lembrados pelo entrevistado A. Contursi como membros da sua família, a qual tem origem em Nocera Inferiore, província de Salerno, na Campânia. Informou A. Contursi, que com José Maria, houve afinidade e relacionamento familiar.<sup>215</sup> Pascual nasceu em 1888 e foi autor de algumas das mais belas letras de tango. O seu filho José Maria nasceu em 1911 e foi dos mais brilhantes letristas do tango argentino.<sup>216</sup> Dentre as composições musicais das quais é autor, como letrista, destaca-se Gricel.<sup>217</sup>

Victória Schenini, neta-sobrinha de João Schenini em Itaqui, foi pianista de renome e pedagoga no Uruguai.<sup>218</sup> Pertenceu a uma geração de notáveis instrumentistas. Entre outras atividades, desenvolveu intensa atividade como concertista e administradora de espetáculos teatrais, mostrando abertura e equilíbrio para oportunizar temporadas de concertos singulares. Talentosa e dona de ampla cultura, nada do mundo artístico lhe foi estranho.<sup>219</sup>

### 3.4 Evidências da identidade étnica dos recém-chegados

No período narrado no capítulo inicial, os imigrantes eram súditos italianos, genericamente identificados como sardos, genoveses, calabreses, sicilianos. Exemplo típico é o ocorrido em 1859 – visita do representante do governo da Sardenha aos seus em Itaqui, que Silveira diz “[...] colônia italiana em Itaqui [...]”, grupo caracterizado pelo poder econômico, “[...] uns ricos outros abastados.”<sup>220</sup>

<sup>214</sup> Disponível: [http://es.wikipedia.org/wiki/Osvaldo\\_Cacciatore](http://es.wikipedia.org/wiki/Osvaldo_Cacciatore) – Acesso em 20/07/2011.

<sup>215</sup> Idem entrevista de A. Contursi e B. Contursi.

<sup>216</sup> ROMAY, Hector. *El tango y sus protagonistas*. Buenos Aires: Bureau Editor S.A., 2004, p. 96.

<sup>217</sup> Disponível: [http://es.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Mar%C3%ADa\\_Contursi](http://es.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mar%C3%ADa_Contursi) – Acesso em 08/07/2011.

<sup>218</sup> Idem entrevista de M. L. Cademartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura.

<sup>219</sup> *Jornal El País*, Montevideu, edição de 13/02/2007 – “Despedida a la pianista Victoria Schenini”.

<sup>220</sup> SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 384.

Outra evidência, em meados da década seguinte ocorreu à interveniência do cônsul italiano destacado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul quando súditos italianos estabelecidos em São Borja e Itaqui pediram indenizações ao governo brasileiro por danos sofridos com a invasão paraguaia no Sul. Naquela mesma época o representante consular foi insistente na defesa de um súdito acusado de contrabando nas águas do rio Uruguai, em São Borja. Diversos expedientes foram trocados entre o consulado e órgãos do governo brasileiro para que o valor do barco e das mercadorias apreendidas fosse devolvido ao suposto contrabandista, que se retirou para o Uruguai, deixando também como seu procurador o cônsul italiano no Salto, ROU.

Houve outra situação que igualmente evidenciou a identidade de imigrantes italianos: quando da manifestação de autoridades brasileiras locais e do consulado italiano na então Província. Em 1887, o súdito italiano Santiago Ângelo, carpinteiro, trabalhava no interior do município de Itaqui. Sentiu-se adoentado e dirigiu-se para a sede do município, tendo encontrado acolhida e abrigo, por solidariedade, em casa particular, onde faleceu. Deixou notícias registradas porque outro súdito italiano, Pascual Lorenço, comerciante, com 36 anos, mandou publicar a notícia da morte aludida no periódico *O Uruguay*, jornal que circulava em Itaqui.<sup>221</sup>

Em consequência, em 29/3/1887 a autoridade policial mandou investigar as circunstâncias da morte de Santiago Ângelo. E o Juízo em Itaqui mandou abrir processo de inventário dos poucos bens deixados pelo imigrante italiano. Em depoimento à autoridade policial, Pascual informou que o seu co-nacional “[...] morreu a alguns meses passados [...]” e informou que não tinha parentes “[...] neste Império e sim em Corrientes ou no Estado Oriental”.

---

<sup>221</sup> APERGS – 1887. Inventário nº 401, Maço 14, Estante 114.

Pascual disse à autoridade policial que a publicação da notícia que mandou fazer teve por fim “[...] dar conhecimento à Colônia Italiana da morte desse compatriota, afim de que se tomassem as medidas que o caso exigia em relação aos bens que deixou o finado”. Em 1885 Santiago Ângelo, também chamado Santiago de Ângelo, constou como credor no inventário do italiano Severino Bacchini, do qual Santiago era credor, “[...] deixa de apresentar a conta por achar-se este ausente, na campanha”.<sup>222</sup>

Nas peças processuais alusivas à morte de Santiago houve determinação judicial para que na forma do “[...] Decreto nº 6582, de 30 de maio de 1877, artigo 17 [...]” o Presidente da Província fosse comunicado da ocorrência desse fato e igualmente fosse dado conhecimento ao “[...] Agente Consular [...]” sobre a existência de bens do referido súdito italiano, falecido sem herdeiros. O “[...] Consolato di S. M. Il Re d’Italia [...]” manifestou-se apenas para comunicar que havia recebido a comunicação judicial, conforme expediente desse consulado no processo de inventário. Em 05/02/1890 observa-se despacho do então juiz Emigdio Bonorino, que registrou serem passados dois anos e que o consulado italiano em Porto Alegre não havia “[...] dado providências ao pequeno espólio [...]”. E de imediato nomeou Alexandre Cacciatore, também natural da Itália – vide Apêndice A, para depositário dos bens de Santiago Ângelo. A partir daí esse inventário prosseguiu até realização de praça pública e venda dos bens do falecido para pagamento de credores, que apareceram depois e se habilitaram nos autos.

Na ocasião da morte do súdito referido, ainda não estava formalmente constituída a sociedade de mútuo socorro em Itaquí, tanto assim que o italiano denunciante, Pascual Lorenço, disse à polícia que a sua ação e intenção foi para levar o fato ao conhecimento da “[...] Colônia Italiana [...]”.<sup>223</sup> A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense surgiu posteriormente, nesse mesmo ano, em 05/06/1887, como consta no seu estatuto a ser tangenciado e, sem dúvida, para defesa de interesses étnicos, dos italianos e descendentes. Manoelito de Ornellas, neto do italiano Antonio Guglielmi, refere que esta sociedade muito

---

<sup>222</sup> APERGS – 1885. Inventário nº 1976, Maço 44, Estante 115.

<sup>223</sup> APERGS – 1887. Idem Inventário nº 401.

mais socorreu brasileiros do que propriamente pessoas naturais da Itália: “[...] foi muito mais socorro de brasileiros pobres do que de italianos necessitados.”<sup>224</sup>

Vimos que o vocábulo colônia, ou colônia italiana, foi empregado por alguns dos atores das narrativas anteriores. Rememorando, José Hemetério Velloso da Silveira referiu-se à “[...] colônia de Itaqui [...], que em 1856 foi visitada pelo encarregado dos negócios da Sardenha; em 1887, súdito italiano divulgou no *Jornal O Uruguay*, em Itaqui, a morte do italiano Pascual Lorenço, talvez por julgá-la cercada de alguma ocorrência estranha, e disse na repartição policial que assim procedeu para que o fato chegasse ao conhecimento da “[...] Colônia Italiana [...]” local; Gennaro Alfano, em sua entrevista – vide Apêndice A – refere-se à colônia italiana em Uruguaiana, e a outras.

As autoras da obra *Colônia: um conceito controverso* lembra que Caio Prado Júnior e Carlos Guilherme Motta fornecem explicações teóricas que levam ao conceito de colônia e discorrem a respeito.<sup>225</sup> Nesta dissertação abstivemo-nos em afirmar, dentro do rigorismo conceitual, na existência de colônia italiana em Itaqui e ou em Uruguaiana, optando registrar presença, núcleo ou comunidade de imigrantes desta nacionalidade.

### 3.5 Formas de organização e as sociedades de mútuo socorro

Após a guerra do Paraguai constata-se que prosseguiu a chegada espontânea de imigrantes via Rio da Prata – quadro-síntese, em regra de forma pulverizada.

Em consequência, surgiram duas sociedades italianas de mútuo socorro. Em 1879 foi fundada a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência em Uruguaiana e,

<sup>224</sup> ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 39.

<sup>225</sup> GIRON, Loraine Slomp; e BERGAMASCHI, Helois Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EdUCS, 1996, p. 7, 57-67.

em 1887, a Sociedade Italiana Itaquense de Mútuo Socorro em Itaquí. Nos primeiros tempos essas entidades acolheram e apoiaram muitos dos recém-chegados, até arranjam trabalho, mantendo-os em torno dos objetivos sociais estatutários e cultivando o espírito patriótico nacional italiano.

As associações de mútuos socorros, ou mutuais, cresceram muito desde meados do século 19, principalmente nas últimas décadas daquele século, em decorrência das levas de imigrantes que chegavam na Argentina. A primeira associação mutual, ou de mútuo socorro em Buenos Aires chamava-se União e Benevolência. Foi criada em 1858, sob o contexto da ideologia mazziniana. Essa iniciativa antecipava a que os republicanos decididamente impuseram sobre a Itália. Não é surpresa que os promotores da iniciativa associativista eram os exilados políticos e as pessoas próximas aos mesmos. Dentre os promotores havia não poucos membros da loja maçônica peninsular União Italiana.<sup>226</sup>

No decorrer da década de 1870, as grandes associações em diversos países também fundaram hospitais comunitários como o Espanhol, o Francês e o Hospital Italiano em Buenos Aires. Novamente no projeto de construção do Hospital Italiano se congregavam dois temas que estão presentes da fundação das mutuais: assistencialismo e política.<sup>227</sup> Neste hospital, inclusive, foi tratado o italiano João Petrine durante seis meses, quando já se encontrava trabalhando no Brasil, depois de ter vivido por cinco anos na Argentina.<sup>228</sup>

Em Uruguaiana e Itaquí, também foram fundadas duas dessas associações. Chama a atenção que o estatuto-regulamento da mutual em Itaquí foi impresso em Buenos Aires. E o estatuto de ambas foi impresso no idioma italiano. Tinham finalidades assemelhadas: ocupar-se da saúde dos seus associados, ajuda para obtenção de emprego e, eventualmente, pagamento de seguro-desemprego ou mesmo da repatriação de compatriotas que a desventura jogasse na indigência.

---

<sup>226</sup> DEVOTO, 2006, op. cit, p. 82.

<sup>227</sup> *Ib.*, p. 81.

<sup>228</sup> *Idem* entrevista de A.C. Flain Petrine.

É possível estabelecer alguns paralelos quanto à iniciativa associativista, correlacionada com as mutuais em Buenos Aires e aqui. A começar, tudo indica, com a influência ou inspiração de membros da maçonaria na fundação e ou manutenção das sociedades de mútuo socorro com pauta na solidariedade humana. Conforme síntese no Apêndice A, observa-se que o imigrante italiano Alexandre Cacciatore residiu e casou-se na Argentina, tendo residido em Cruzú-Cuatiá, província de Entre Rios, próxima de Uruguaiana; que em 1884 era maçom em Itaqui e depois foi presidente da Loja Maçônica Progresso Itaquiense; que foi um dos fundadores da Sociedade de Mútuo Socorro Itaquiense em 1887; foi o presidente esta sociedade em 1920 quando, como visto, foi impresso o estatuto da referida, na capital argentina. No trecho sincretismo religioso, observa-se, ainda a título de exemplificação, o nome de alguns imigrantes italianos também presentes nas hostes maçônicas.

Mais que a política e a vida da instituição de mútuo socorro, os associados buscavam cobertura de saúde, auxílios em tempos de problemas e informações sobre trabalho. Tanto na Argentina como em Uruguaiana e Itaqui, percebe-se que os líderes das mutuais tinham o encargo de preservar, no interior das mesmas, a origem étnica dos imigrantes com o cultivo de alguns símbolos e da própria língua. Ademais, tinham a função de intermediários de uma vigorosa malha de relações entre as estruturas da sociedade receptora, detentora das oportunidades econômicas e, em especial, as de trabalho.

### ***3.5.1 A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro em Uruguaiana***

Em 1879, foi fundada a “Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza”.<sup>229</sup> Na Rua Domingos de Almeida, ao lado de uma pensão havia um terreno onde muitos italianos se encontravam e realizavam bailes. Nesse local, foi construído o prédio sede da Sociedade Italiana.<sup>230</sup> Conforme Fonttes e Fanti, essa pensão pertencia à esposa do

<sup>229</sup> *Statuto e Regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza. Uruguayana: Liv. e Bazar Comercial, 1905.*

<sup>230</sup> FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 75.

italiano José Beltran. Este desembarcou em Montevidéu e estabeleceu-se em Itaquí. Depois se mudou para Uruguaiana.<sup>231</sup>

A Sociedade União e Beneficência dispunha de um estatuto e regulamento, escritos em italiano. O estatuto continha 25 artigos e o regulamento 130. No último artigo do regulamento estava registrado que os dois textos mandamentais foram aprovados pela assembléia geral ocorrida em 28 de outubro de 1905, data a partir da qual passaram a vigorar. Na ocasião contava com 113 sócios, segundo a lista na parte final do seu regulamento. Quanto às dimensões comparativas da sociedade italiana em Uruguaiana, tem-se a seguinte observação: “Na época era uma grande colônia, tanto que fizeram a Associação. Era a terceira colônia. A primeira de Uruguaiana era a francesa, era a maior, [...]. Depois a espanhola e a terceira foi a italiana.”<sup>232</sup>

Registre-se, mesmo após o desmembramento de Uruguaiana do novel município denominado Barra do Quaraí, o município-mãe de Uruguaiana continua a fazer fronteira com a Argentina e com o Uruguai. A cidade de Uruguaiana tem extraordinária importância geoestratégica internacional. Nela localiza-se o maior porto seco da América Latina e está situada em ponto equidistante de Porto Alegre, Montevidéu, Buenos Aires e Assunção. Uruguaiana, na época, mantinha contatos mais intensos e frequentes com Buenos Aires e Montevidéu, do que com a capital da Província de São Pedro do Sul.<sup>233</sup> Ademais, na outra margem do rio Uruguai e bem a sua frente, despontava Restauración, a atual Paso de Los Libres, onde fervilhavam perseguidos políticos também de várias nacionalidades, afugentados do centro do Prata principalmente no tempo da ditadura de Rosas, João Maonel Rosas, cujo governo caiu na batalha de Monte Caseros, nas imediações de Buenos Aires, no dia 03/0/1852, também com o apoio de forças do Império do Brasil.<sup>234</sup> A histórica Yapeju, alguns quilômetros rio acima na margem argentina, foi local de concentração de imigrantes franceses.<sup>235</sup>

<sup>231</sup> Idem entrevista de P. C. Rodrigues Beltran.

<sup>232</sup> Idem entrevista de G. Alfano.

<sup>233</sup> Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uruguaiana> – Acesso em 17/04/2011.

<sup>234</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 199 – Tese de doutoramento.

<sup>235</sup> PONT, Raul – Acervo. Centro Histórico Dr Pedro Mariani em Uruguaiana.

Uruguaiana emancipou-se em 1846 do município de Alegrete, ao qual pertencia e na observação de alguns viajantes da época como Lallemant, em 1858, muito mais se parecia com uma cidade hispana-francesa do que brasileira nas suas relações de vida e de comércio:

Quando em e 1842, as perseguições políticas nos outrora estados espanhóis do Prata se desenvolveram de modo terrível e Rosas com sobre-humana violência tudo esmagava, fugiram daquelas regiões, através das fronteiras com o Brasil, muitos espanhóis e pessoas de todas as nacionalidades para aguardarem que mudassem as tristes condições dos Estados do Prata. Vivia aquela gente em tendas e barracas de todos os tipos até que do caos surgiu um lugarejo. Depois da queda de Rosas, regressaram muitos deles; mas ficaram muitas forças ativas, a que se reuniram novos elementos, de modo que Uruguaiana é uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial.

Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles gente de muito boa educação e de irrepreensível conduta.<sup>236</sup>

Na alínea “a” do artigo 2º do Estatuto da Sociedade Italiana de Uruguaiana União e Beneficência, lê-se que o fim da mesma era aproximar e unir todos os italianos residentes em Uruguaiana, mantendo vivo o espírito patriótico italiano. No artigo 3º constava que o símbolo da sociedade era a bandeira italiana contendo escrito o nome *Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza Uruguayana*. E no artigo 4º estava preceituado que a língua oficial da sociedade seria a italiana, não excluindo qualquer outra desde que solicitado o seu emprego.

O pesquisador Daniel Fanti, historiador municipal em Uruguaiana, ao registrar relatos de Wilma Benites Lopes, neta do italiano Primo Depedrini, o qual aportou a América do Sul por Montevideu, assinalou: “[...] que o principal ponto de encontro da “[...] italianada [...]” de Uruguaiana era na *Società Italiana de Mútuo Soccorso Unione e Beneficenza*, onde Primo Depedrini era assíduo frequentador. Todas as tardes, após a sesta pegava sua bengala e devagar subia a Domingos de Almeida, indo encontrar seus amigos compatriotas, retornando à tardinha.”<sup>237</sup>

<sup>236</sup> AVÉ-LALLEMANT, 1953, op. cit., p. 279.

<sup>237</sup> FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 29.



G. Alfano, ex-presidente da sociedade italiana em Uruguaiana e que também foi entrevistado, escreveu que a comunidade italiana no tempo em que seu pai Vicente Alfano foi sócio da União e Beneficência, era numerosa e centrada nessa sociedade. Acrescentou: “As reuniões da Sociedade Italiana eram memoráveis. Grandes comilanças.”<sup>238</sup> N. Eduarda Rastellí lembrou que seu avô Roberto Gandolfo Rastelli era frequentador assíduo daquele local.<sup>239</sup> Inclusive, nesse mesmo lugar – a sede da antiga sociedade italiana hoje sociedade ítalo-brasileira, também foram entrevistadas as descendentes dos italianos Roberto Rastelli, Carmem Gotuzzo e de João Lunardini na pessoa da neta T.

### ***3.5.2 A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro em Itaqui***

Em 1887 ocorreu a fundação da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquiense. No seu estatuto estão relacionados os nomes dos sócios que capitanearam a fundação da entidade, e expressamente está registrado “[...] entre outros [...]” e, logo a seguir, estão relacionados em texto descritivo introdutório os nomes de “[...] Alessandro Cacciatore, Savério Piagetti, Luigi Piffero, Bernardo Bonetti e Salvatore Degrazia]”.

O estatuto-regulamento da entidade foi impresso em 1920, em Buenos Aires e, como já informamos, em idioma italiano.<sup>240</sup> O seu artigo 3º evidencia seu caráter étnico ao preceituar que uma das condições para ser sócio, o candidato deveria ter a nacionalidade italiana ou ser descendente de italiano.

O imigrante Domingos Moretti Filho, nascido em Montevideu, quando já estabelecido em Itaqui com comércio muito apoiou os que chegavam.<sup>241</sup> Era filho do italiano

<sup>238</sup> ALFANO, 2006, op. cit., p. 23.

<sup>239</sup> Entrevista de N. Eduarda Rastellí. Uruguaiana, em 29/04/2010.

<sup>240</sup> *Statuto e Regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est.Tipo-Litográfico J.Carbone y Cia, 1920.

<sup>241</sup> Entrevista de J. Piffero Signoretti. Itaqui, em 07/11/2010.

Domenico Moretti, radicado em Montevideú.<sup>242</sup> Tal como Moretti e em solidariedade, Alexandre Cacciatore e outros procederam da mesma forma com imigrantes então recém-chegados.<sup>243</sup>

J. Piffero Signoretti alinhou duas preocupações imediatas dos imigrantes em Itaqui: a) arranjar um lugar para permanecerem até obtenção de emprego; b) arranjar um túmulo para enterrar seus mortos, já que a morte era frequente, principalmente de crianças. Constituída a sociedade italiana, seus membros “Começaram a trabalhar pela cidadania”.<sup>244</sup> E passaram a ocupar-se no comércio, na atividade agrícola, em serviços de jornadas – os jornaleiros ou biscateiros. Paralelamente começaram a dominar a língua portuguesa. Mais tarde adquiriram, por compra, o local onde permaneciam após a chegada, o qual era um galpão-alojamento estabelecido na Rua 15 de Novembro, onde foi instalada a sede definitiva da Sociedade Italiana em Itaqui.

Essa aquisição ocorreu em 1897, tendo por confrontantes os terrenos de Ignácia Athayd Escobar, Anna Rodrigues Lima Merlo e os herdeiros Chiarini. O vendedor-transmitente foi o ítalo-descendente Emigdio Bonorino, brasileiro e já neto de peninsular. Seu pai, Antonio Bonorino, foi membro do grupo da imigração anterior a 1875 em Itaqui como consta no capítulo precedente.<sup>245</sup>

O ítalo-descendente Manoelito de Ornellas conheceu a sede da Sociedade Italiana Itaquense, levado pelas mãos do seu avô materno, que nasceu na Itália e com seu pai João Maria Guglielmi se radicaram em Itaqui – aprofundamento destas informações no Apêndice A, verbete Guglielmi. Depoimento:

---

<sup>242</sup> Entrevista de O. Cabral Moretti. Itaqui, em 09/06/2010.

<sup>243</sup> Idem entrevista de J. O. Ramos Sayago.

<sup>244</sup> Idem entrevista de J. Piffero Signoretti.

<sup>245</sup> Cartório de Imóveis de Itaqui, Registro nº 501 Livro 3-A, folha 38, em 05/02/1897.

Meu avô Antonio Guglielmi, levou-me algumas vezes à sede da “Società Italiana”. E meus olhos guardaram a efígie de uma Rainha, que se chamava Mafalda e tinha a frente e o colo cobertos de pérolas e de um Rei de grandes bigodes que devia ser Humberto I ou Victor Emanuele, pouco importa.<sup>246</sup>

Vê-se que estas duas sociedades italianas, em Uruguaiana e Itaqui, eram entidades ativas e que contavam com a presença de seus associados. O pertencimento de imigrantes às mesmas foi lembrado por outros descendentes de italianos que aportaram na América do Sul pelo Prata e arrolados neste trabalho, sobretudo no Apêndice A: Cacciatore, Caffarate, Chiarelli, Degrazia, Fossari, Guglielmi, Moretti, Passarello, Piffero, Rastelli, Rossi, Schenini, Signoretti, Vecchio. Tais sociedades amparavam seus afiliados nos momentos mais aflitivos, inclusive as duas dispunham de túmulos chamados mausoléus, até hoje existentes em Itaqui e Uruguaiana.

### 3.6 Inserção, inovações e implicações sociais

A inserção dos chegados à sociedade local se deu pelo trabalho e pelo cotidiano nos espaços que começaram a ocupar, superadas as dificuldades iniciais com o apoio das citadas sociedades de socorro mútuo. No seio da população local eram tidos por italianos, facilmente identificados pelo sobrenome, seus traços físicos e as dificuldades no uso do idioma português. Alguns se ocuparam no comércio como comerciantes ou comerciários, *verdureros* ou *tomateros*, como tachados os que se dedicaram ao cultivo de hortas e plantações no entorno urbano logo ao chegarem. Observa-se igualmente a presença de biscateiros ou jornaleiros, autônomos nas mais diversas atividades. Outros eram construtores, artesões, carpinteiros, marceneiros pedreiros, que trouxeram novo visual na arquitetura a essas povoações de origem luso-espanhola.

O próprio teatro Prezewodoski em Itaqui foi construído pelas mãos de muitos imigrantes italianos, como atestam entrevistas de A. Brod Cacciatore, J. L. Brod Cacciatore,

---

<sup>246</sup> ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 39.

M. L. Cademartori Aramburu, L. C. Cademartori de Moura, T. Frensinghell. Foi casa de cultura e diversão de várias gerações. E continua sendo depois de restaurado. O seu nome é uma homenagem que, involuntariamente, dois italianos, tidos por malfeitores em Alvear, RA, atribuíram ao comandante da força fluvial onde servia o médico da Flotilha da Armada Brasileira – Flotilha do Alto Uruguai, sediada e ancorada no Porto de Itaqui. O capitão-médico da Força foi àquela cidade argentina prestar assistência a um enfermo e fisicamente foi agredido pelos italianos Guido Benatti e Vicente Logato, charlatões de curas. Em relação a esse fato, as autoridades argentinas de Alvear, que além de prenderem e manterem incomunicável o oficial brasileiro, fardado, não responderam o pedido de explicações da autoridade militar da área e mantiveram-se omissas.

Tal incidente de fronteira provocou ato de desagravo da dignidade nacional pelo comandante da força brasileira, capitão-de-mar e guerra Estanislau Prezewodoski, brasileiro natural de Salvador, BA, de origem polonesa e herói de batalhas navais na Guerra do Paraguai. Manoelito de Ornellas narra em sua obra *Terra Xucra*, que Prezewodoski não vacilou, mandando levantar ferros da nave capitania e ancorou toda a flotilha brasileira além do limite das nossas águas no rio Uruguai. Exigiu a devolução do capitão Pamphylo Manoel Freire de Carvalho e deu início a um calculado bombardeio sobre a praça central de Alvear. Sem demora, uma comitiva de autoridades de *alla* – da outra margem do rio – em uma apressada lancha sob bandeira branca efetuou a entrega do oficial brasileiro.<sup>247, 248</sup> Também escreveu Ornellas que o desassombrado comandante, para concluir o memorável feito, “[...] mandou que a Banda Naval, no tombadilho, executasse o Hino Brasileiro e, isso, dentro das águas argentinas.” Por esse ato, Estanislao perdeu o comando, foi levado a conselho de guerra no Rio de Janeiro, absolvido. Seu nome ficou para sempre na memória da população local e na cultura material, insculpido no alto do frontispício de um belo teatro, construído pelo esforços e mãos de muitos imigrantes italianos.

A presença de Beneti e Lobato em Alvear, causadores desse incidente internacional, demonstra que na época era fato comum a presença de imigrantes italianos em

---

<sup>247</sup> ORNELLAS, 1968, op. cit., p. 28-31.

<sup>248</sup> João Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 19/11/1994.

ambas as margens do rio Uruguai, no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Lembramos outra narrativa nesta dissertação, nessa mesma linha: o italiano João Del Giorgio, residente em Itaquí, encontrando-se muito doente resolveu procurar recurso de médico ou de “[...] de curioso [...]” em Alvear, assim consta no seu inventário, e lá faleceu.

Outros imigrantes italianos alcançaram a condição, ou *status*, de estancieiros ou fazendeiros, como se constata adiante – no subtítulo “Conflitos políticos, desapropriação de terra e ocupação de espaços”. Dedicaram-se à criação de animais em propriedade rural de pequena extensão em meio de grandes fazendas de gado. Cita-se o caso do italiano Victor Messina no município de Itaquí.<sup>249</sup> Ou de Primo Depedrine em Uruguaiana – vide Apêndice A. Outros se dedicaram à agricultura, em área de pecuária como toda a fronteira sul-brasileira, cita-se o caso do imigrante Benjamin Passamani, que também chegou pelo porto de Buenos Aires, adentrou no Brasil por São Borja e estabeleceu-se no mesmo município de Itaquí, próximo à divisa com o de São Francisco de Assis:

[...] o vovô plantava trigo, fazia vinho [...] o vinho da granja Itú era dele [...] vendia vinho para a Presidência da República [...] naquele tempo no Rio de Janeiro. O vovô trouxe os costumes de [...] agricultor [...] ele era agricultor: plantava triigo, milho, [...] arroz [...] em pequenas áreas [...] E tinha um engenho lá, tocado à água, onde ele descascava arroooz, fazia farinha de milho, farinha e trigo. E ali que ele vivia, [...]<sup>250</sup>

O enraizamento se solidificou e consolidou com os filhos dos imigrantes no contexto em construção. A nominata no quadro-síntese foi extraída do Apêndice A. Este foi elaborado a partir de aspectos das narrativas dos entrevistados e por outras fontes de informação, referenciadas nesse apêndice. É uma tarefa não concluída quanto à totalidade dos imigrantes e a extensão das experiências e realizações individuais, com repercussão social. Muitos dos imigrantes relacionados e seus filhos passaram a ocupar posições inclusive de liderança em associações civis, no comércio, nas atividades de profissionais liberais, no magistério e também nas atividades agropastoris.

<sup>249</sup> Entrevista de Ê. Rodrigues Messina e F. Messina Escobar. Itaquí, em 26/11/2010.

<sup>250</sup> Entrevista de C. B. Passamani dos Santos e Cláudia Passamani. Itaquí, em 19/03/2010.

O cotidiano dos imigrantes em São Borja, Itaqui e Uruguaiana refletiu em mudanças de mentalidade, mudanças sociais e materiais, em renovação de lideranças e na criação de entidades representativas. Tal se pode constatar em registros contidos em narrativas de descendentes entrevistados, em notícias de órgãos da imprensa e também nos escritos realizados por terceiros – vide Anexo 1. A obra *Uruguaiana – atalaia da Pátria* contém uma relação de nomes de cidadãos que residiram em Itaqui e em Uruguaiana nas últimas três décadas dos anos oitocentos.<sup>251</sup> Dentre os nominados estão alguns italianos ou descendentes no quadro-síntese do capítulo 3 e no Apêndice A desta dissertação: Alexandre Cacciatore, Bernardo Piffero, Domingos Moretti, Emydio Bonorino, João Schenini, Salvador Degrazia e Tito Cademartori, Vicente Cremonte.

Dentre muitos dos anônimos e em representação aos mesmos, citam-se: Rodolfo Rastelli na construção da fachada de prédios; Matteo Chiarelli e Carlos de Assis Aymone, ourives; Antonio Guglielmi, artesão em madeira; João Baptista Rossi, na construção de túmulos; Domingos Montti e André Martinelli, na construção de açudes de pedra em pleno pampa; Gualtiero Frensinghelli, na construção dos primeiros banheiros para gado bovino e ovino e também na construção do Teatro Prezewodowski, em Itaqui; Ítalo Drago e Faustino Lora, trabalhos de ferreiro e em artesanaria de ferro; Carlos Drago, na fabricação de tijolos especiais; Vicente Alfano, na confecção de ternos.

Além do surgimento da mentalidade despertada pela atuação e presença dos imigrantes e descendentes que chegaram por Montevidéu ou Buenos Aires, percebe-se que a cultura material em São Borja, em Itaqui e em Uruguaiana, recebeu contribuições marcantes: novas linhas arquitetônicas ficaram assentadas nas obras do arquiteto Paschoal Minoggio, que também foi pioneiro no emprego de diversas inovações tecnológicas da época. Houve a colaboração de especialistas em fachadas de prédios, construtores ou pedreiros, artífices e artesões em ferro, em ourivessaria, em madeira, em pedra, na confecção de roupas, que contribuíram para as mudanças socioeconômicas ocorridas na sub-região.

---

<sup>251</sup> VILLELA, 1971, op. cit., p. 279, 286 e 287.

### 3.7 QUADRO SÍNTESE – Extraído do Apêndice A.

#### ITALIANOS E DESCENDENTES VIA RIO DA PRATA: São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS [1834-1968]

<i>N O M E</i>	<i>O R I G E M</i>	<i>PROFISSÃO</i>	<i>NO BRASIL</i>
<b><u>Via Montevidéu:</u></b>			
Beltran, José	?	Hoteleiro	Déc. 1870
Bonapace, Paulo	Tione, Trentino-Alto Ádige	Comerciante	1889
Bonorino, Antonio *	Mallare, Ligúria	Comerciante	1830/1833
Braccini, Humberto *	?	Pecuarista	Déc. 1890
Cademartori, A. César	Rapallo, Ligúria	Marinheiro	?
Chiarelli, Matteu	Lauria, Basilicata	Ourives	1911
Deferrari, Antonio	?	Agricultor	Déc. 1900
Depedrine, Primo	Lombardia	Comerciante	Déc. 1890
Dondo, Magdalena	Vicenza, Vêneto	Do lar	Déc. 1880
Flain, Ângela B.	Norte da Itália	Hotelaria	?
Gotuzzo, Carmem	Portofino, Ligúria	Do lar	Déc. 1890
Landarini, Fidêncio *	Veneza, Vêneto	Jornaleiro	Déc. 1890
Lamarca, Alberto	Acqua Fredda, Basilicata	Funileiro	1922
Mandarino, Fellipe	Lauria, Basilicata	Sapateiro	?
Mautone, Guillermo	Pisciotta, Campânia	Comerciante	Déc. 1890
Moretti, Domingos *	?	Comerciante	?
Rastelli, Roberto	Parma, Emilia Romanha	Construtor	1922
Rossi, André	Vicenza, Vêneto	Comerciante	?
Ruffoni, Pedro	Norte Itália (ilha marítima)	Comerciante	1902

*N O M E                                O R I G E M                                P R O F I S S Ã O   N O   B R A S I L*

**Via Buenos Aires:**

Alfano, Vicente	S. Benedetto, Calábria	Alfaiate	1919
Bonetti, Bernardo	Piemonte	Construtor	Déc. 1880
Cacciatore, Alexandre	Viguzzolo, Piemonte	Comerciante	Déc. 1880
Caffarate, Ângelo	Gênova	Jornaleiro	Déc. 1880
Cocolichio, Luiz	Melfi, Basilicata	Sapateiro	?
Contursi, Antonio	Nocera Inferiore, Campânia	Empresário	Déc. 1920
Cremonti, Vicente	Sicilia	Comerciante	?
Degrazia, Antonio	Colvello, Basilicata	Agricultor	Déc. 1880
Dellamora, Carlo	Cavaglio Spocchia, Lombardia	Construtor	Déc. 1870
Drago, Ítalo	Friuli-Venezia Giulia	Ferreiro	Déc. 1880
Fossari, Domingo	Polistena, Calábria	Construtor	Déc. 1890
Frensinghelli, Gualtiero	Trento, Trentino-Alto Ádige	Construtor	Déc. 1900
Guglielmi, Antonio	Crana, Piemonte	Marcineiro	Déc. 1880
Lunardini, João	Montefeltro, Marche	Comerciante	Déc. 1910
Malfussi, Fernando *	Roma	Mecânico	?
Messa, Ângelo Caetano	?	Comerciante	Déc. 1890
Mondadori, João	Mantova, Lombardia	Engenheiro	Déc. 1880
Montti, Domingos	Milão, Lombardia	Construtor	Déc. 1890
Minoggio, Paulo D.	?	?	Déc. 1870
Passamani, Benjamin	Trento, Trentino-Alto Ádige	Agricultor	Déc. 1890
Passarello, Ângelo	Campânia	Artesão	Déc. 1880
Petrine, João	Lamari, Toscana	Motorista	Déc. 1930
Pianta, Benito	?	Carpinteiro	Déc. 1880
Piffero, Primo	Trieste, Friuli-V. Giulia	?	Déc. 1880
Portella, Juvenal De	?	Pecuarista	Déc. 1890
Rossi, João Baptista	Biasca, Lombardia	Construtor	?
Schenini, João	Grondola, Lombardia	Jornaleiro	Déc. 1870
Signoretti, Jacob	Trento, Trentino-Alto Ádige	?	?



<i>N O M E</i>	<i>O R I G E M</i>	<i>NO BRASIL</i>	<i>PROFISSÃO</i>
Vecchio, Paulo	Oviglio, Piemonte	Pecuarista	?
Veppo, João Maria	?	Comerciante	?
Vitali, Antonio	?	Jornaleiro	?
Vomero, Paschoal	Nápoles	Músico	?

\* Descendente, primeira geração.

NUM. 1000

**JORNAL DE ITAQUI**

Órgão do Partido Republicano

Director — Dr. Oswaldo P. Degrazia

Itaqui, 22 de Maio de 1929  
RIO GRANDE DO SUL

Fundado em 28 de Fevereiro

**A CASA BELTRAN**

começará do dia 18 do corrente um colossal

**BARATILHO**

vendendo suas mercadorias com

**GRANDE ABATIMENTO  
NOS PREÇOS****VERDADEIRA PECHINCHA!**Não deixeis, pois, de visitar esta casa,  
onde fareis vossas compras com  
visível economia**JOSÉ BELTRAN****Rua Independência -- ITAQUI**

Marco de 1929

Fonte: *Jornal de Itaqui*, edição de 22/05/1929.

Figura nº 22.

Itaquí, 17 de Julho de 1933

## AO BON MARCHÉ

: D E :

### CACCIATORE & CIA (CASA FILIAL)

Marciano Figueiredo DEVE

Julho	1	Caupote	Rs	505.780
"	"	1 c. corrim "Brasil" a		24.000
"	"	3 fôrns "Luzes" 1/2	8.500	25.500
"	"	3 " " " " 1/2	8.000	24.000
"	"	1 Dr. lençol recios Dr.		8.000
"	"	4 lençol "Florados" 1/2	8.000	32.000
"	"	2 " " " " 1/2	8.500	17.000
"	"	3 camisetas	Dr. 60%	18.000
"	"	3 " " " " 1/2	7.8%	19.500
"	"	4 ptes. "Luzes" 1/2	6.500	26.000
"	"	4 " " " " 1/2	5.500	22.000
"	"	6 p. recios Dr.	32%	16.000
"	"	1 joia "diamante" Jr.		5.000
"	"	2 " " " " Dr.	75%	12.500
"	"	2 " " " " 1/2	5%	10.000
"	"	100 ca. padua. paudes 1/2	2%	23.000
Recep. Rs				877.780

Fonte: Gentileza do arquivo de sucessores de Marciano Messa Figueiredo.

Figura nº 23.

Itaquí, 10 de Fevereiro de 1941

## FARMACIA CENTRAL de Luiz Carlos Bonorino

Especialidades Farmaceuticas e Perfumarias  
Seção de Homoeopatia  
Serviço permanente de Receituário e serviço Noturno.

O/Snr. Marciano Figueiredo DEVE

79.544 - Globo-Pelotas - 4/38-1.000

Maio 31	Homoeopathias	9.000
Junho 11	Alcool, 2 n. homoeopathias <sup>6r</sup>	7.000
" 22	Todo <sup>1r</sup> , 1 n. Agonia <sup>5r</sup>	6.000
" 30	1 n. Reg. & Drier <sup>1r</sup> - 1 n. Ferti. Colônia <sup>1r</sup>	19.000
Julho 8	1 n. Depressão <sup>1r</sup> , 1 n. Depressão <sup>1r</sup>	6.000
" 11	Rec. 41.907	7.500
" 16	1 n. Emulsão Scott. 5 <sup>o</sup>	12.000
" 22	1 n. Todo	1.000
" 24	1 n. Solidobyl, 1 n. Sol. Ross, 1 n. Sol.	22.000
Abril 2	1 n. Logania 3 <sup>o</sup> x	3.000
14/1	26 1 n. Dill. 19061	3.000
Jan. 2	1 n. Solidobyl, 1 n. Alcool	19.000
Jan. 6	1 n. Sol. Ross, 1 n. Escora Peleto <sup>4r</sup>	10.800
Recetia unpostampa		
Itaquí, 10 de Novembro 1940		125.800
Marciano Figueiredo		

Lefadr Com Figueiredo

Fonte: Gentileza do arquivo de sucessores de Marciano Messa Figueiredo.

Figura nº 24.

## 4 CONFLITOS E INTEGRAÇÃO

A experiência individual de cada imigrante foi uma realização única de um fenômeno geral.<sup>252</sup> A presença local de imigrantes é reflexo do fenômeno social das migrações, no qual os imigrantes são os atores. Ao longo da caminhada em busca de estabilização existencial e integração em novo país, entre as divergências e convergências com as quais os imigrantes foram se deparando, configurou-se e reconfigurou-se identidades e representações simultaneamente em nível de histórias de vida e da existência da própria sociedade. Entre as divergências, vejamos algumas tidas por conflitos.

### 4.1 Conflito de súdito italiano e agente consular com o governo brasileiro

Em 1859, a aduana brasileira apreendeu barco e mercadorias do súdito italiano Luis Risso em São Borja, sob a suspeita da prática de contrabando. Durante quase uma década a representação consular italiana na então Província de São Pedro intercedeu na defesa do seu nacional usando de vários expedientes escritos. Mais tarde esse súdito, já em território uruguaio, delegou poderes para que a delegação consular no Salto também o representasse perante as instâncias do governo brasileiro.

O vice cônsul da Itália na capital reclamou ao presidente da Província contra essa apreensão. Alegou que não deveriam tais objetos serem considerados contrabando, “[...] por terem sido competentemente despachados na Alfândega de Entre Rios no Passo da Restauração com destino a S. Thomé e que se a mesma chalana aportou a margem do rio

---

<sup>252</sup> GEERTZ, Clifford. *The Social History of Indonesian Town*. Cambridge: MIT Press, 1961, p. 153-154.

pertencente ao Império, fora por ter sido forçada pelo vento, porém sem intenção de desembarcar os referidos objetos”.<sup>253</sup> Tais fatos foram levados ao conhecimento da Legação Italiana na Corte – Rio de Janeiro. Na documentação em arquivo, existe referência que diz que a Mesa de Rendas de São Borja comunicou à Alfândega, que já havia transferido sua sede para Uruguaiana, que “[...] os livros de termos de arrematação perderam-se com a invasão paraguaia e que passava a dirigir-se ao Tesouro para que houvesse de resolver sobre a questão.”

Na capital da Província, a autoridade administrativa hábil emitiu o seguinte comunicado: “[...] de conformidade com a resolução tomada na sessão da Junta de 26 do corrente comunica ao Sr. Inspetor da Alfândega de Uruguaiana que foi julgado nula a decisão dada pelo Administrador da Mesa de Rendas de São Borja em 9 de setembro de 1859, em processo de apreensão de uma chalana e mais objetos pertencentes ao súdito italiano Luis Risso [...]”.<sup>254</sup> E em 05/01/1866, o presidente do Tribunal do Tesouro Nacional no Ministério dos Negócios da Fazenda no Rio de Janeiro, concluiu e ordenou que sendo impossível a organização de novo processo e estando o referido Luis Risso, além disso, absolvido por sentença do Juízo criminal do crime de contrabando, “[...] ordeno ao Sr. Inspetor que pondo termo a semelhante processo, mande restituir ao dono da chalana, ou a seu legítimo procurador o produto da arrematação da mesma e das mercadorias apreendidas”.

Finalmente, em 07/11/1866 o agente consular da Itália em Porto Alegre encaminhou expediente ao Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no qual diz que recebeu ofício do “[...] Régio Agente Consular de S. M. O Rei d’Itália [...]” na cidade do Salto, no Uruguai e procuração especial do súdito Luis Risso, que o constituiu procurador para que recebesse da Tesouraria da Fazenda da Província o quanto o representado tivesse o direito de receber em restituição ao barco e mercadorias apreendidas.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> Idem AHRGS – Legação italiana Expediente interno da Inspetoria da Tesouraria de Fazenda da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

<sup>254</sup> AHRGS – Legação italiana. Tesouraria de Fazenda da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Comunicação nº 24, em 9/02/1864.

<sup>255</sup> AHRGS – Legação italiana. Ofício da “Regia Agencia Consular de S. M. O Rei d’Italia em Porto Alegre” ao Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 07/11/1866.

Uruguaiana, cidade de fronteira e produto da inspiração farroupilha, foi criada em 1846.<sup>256</sup> O pesquisador uruguaianense E. Rodrigues Still escreveu que dois anos após a instalação da Câmara de Vereadores, ou seja, em 1849, aí foi sediada a alfândega, que passou a subordinar as chamadas mesas de rendas de São Borja e Itaqui. Acrescenta que a direção da referida repartição fiscal antes se localizava em São Borja e que onde instalada a nova vila, além de razões militares, “[...] era o ponto preferido para o contrabando [...]”.<sup>257</sup>

Salvo equívoco, o referido súdito Luis Risso, ou Luis Risso Burone, residia em Montevideu e seu nome constaria na obra abaixo referenciada.<sup>258</sup> Transcreve-se alguns dados registrados na mesma, que apontam tal possibilidade. Seu nascimento ocorreu em Gênova, em 16/10/1820, onde batizado com o nome de Giuseppe Luigi. Dedicou-se ao comércio e, em Montevideu, foi sócio da empresa Navia y Risso. O sócio Carlos Navia foi diretor do Banco Comercial desde sua fundação em 1857 até 1865. Risso foi membro da comissão diretiva da *Sociedad del Club Extranjero*.

O falecimento de Luis Risso Burone deu-se na capital uruguaia em 1888, solteiro e sem filhos. Ao falecer era co-proprietário, com um sobrinho, da Goleta Risso e de outros bens móveis e imóveis que representavam uma apreciável fortuna para a época.<sup>259</sup> Se este personagem é o mesmo súdito que em 1859 teve barco de sua propriedade e mercadorias apreendidas em São Borja, na época teria 39 anos e como tantos outros súditos italianos, aventurava-se nas águas e margens do rio Uruguai. Ao litigar longamente com a alfândega brasileira através do consulado em Porto Alegre e ao passar procuração para o cônsul italiano no Salto, ROU, para também representá-lo, Luis Risso demonstrou que era detentor de poderio e influência sócio-econômica.

---

<sup>256</sup> FORTES e WAGNER, 1963, op. cit., p. 450.

<sup>257</sup> TILL, E. Rodrigues. *Uruguaiana: cidade-civismo*. Porto Alegre: Evangraf, 2003, p. 22 e 24.

<sup>258</sup> RISSO, 2001, op. cit. p., 165.

<sup>259</sup> AGN Montevideu – 1920. Inventário nº 912, Juzgado Civil 3°.

## 4.2 Conflito dissimulado com os grandes proprietários de terras

Antonio Degrazia e muitos outros italianos chegados em Itaqui próximo à virada do século 19 não quiseram trabalhar como escravos dos grandes proprietários rurais. Aqueles que não foram comerciar ou fazer biscates, passaram a plantar tomate, alface, cenoura, trabalhar de sapateiro, funileiro, ferreiro, barqueiro. Aglutinaram-se em torno da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro para se protegerem até se integrarem melhor no mundo novo aonde chegaram. Em terra estranha: “Então essas coisas todas contribuíram pra manter essa italiaanada, como a gente era chamado aqui no Itaqui, unidos.”, recordou M. A. Degrazia Barbosa, bisneto de Antonio Degrazia.<sup>260</sup>

Constituíram famílias, inicialmente entre os próprios imigrantes, e tiveram muitos filhos, como se constata no Apêndice A. Difícil é não se encontrar um ou dois descendentes por família que não tenham concluído curso superior. Férrea era a determinação de muitos pais italianos para que seus filhos adquirissem formação universitária e seguissem uma carreira profissional de nível superior, porta para a ascensão social. O perfil de profissão de nível superior da maioria dos descendentes entrevistados nesta pesquisa reflete tal realidade. O entrevistado em referência destacou:

Eram os conhecidos por ‘tomateros’ ou ‘plantadores de tomate’, que quando chegaram aqui, esse tipo de agricultura era [...] não existia, era incipiente. E eles receberam até uma certa repulsa dos donnnos da cidaaade, dos donnnos da área da fronteira oeste, que eram os fazendeiros, chamados fazendeiros [...] de qualquer maneira eles foram classificados com ‘geeente da horta’ e eram apelidados de ‘tomateros’, vendedores de tomate.

Os imigrantes italianos que foram trabalhar a terra na horta por conta própria em Itaqui, Uruguaiana ou São Borja, receberam certa repulsa, sobretudo do poderio da economia pastoril. Não só por questão cultural, o povo da pecuária não gostava de agricultura. Foram

---

<sup>260</sup> Entrevista de M. A. Degrazia Barbosa. Itaqui, em 09/03/2010.



apelidados de verdureros ou tomateros, coisa bem ao feitio da verve de origem lusitana em tudo apelidar com seus chistes.

Por estarem todos os campos povoados por criadores de gado e pela má qualidade da terra para a agricultura, a administração do Rio Grande do Sul foi informada que não havia terras próprias para colônias em Uruguaiana e, por extensão, em Itaqui e São Borja, municípios na mesma sub-região e com a mesma história desde os tempos jesuíticos, conforme texto de documento transcrito no Capítulo 4.<sup>261</sup>

Aí está à tradução da mentalidade dominante da estância e que jaz subjacente às narrativas da história da imigração local. Prossegue o depoimento de M. A. Degrazia Barbosa: “Eles não foram ser escravos do dono da terra. Eles foram trabalhá pra eles. E onde é que eles foram trabalhar? Na horta, que naquele tempo não tinha, ainda, lavoura. Na horta! Plantá tomate, alface, cenoura”.

### **4.3 Conflitos políticos, desapropriação de terra e ocupação de espaços**

O italiano Paulo Vecchio contrapôs-se aos Vargas em São Borja. Acaso ou não, sua terra foi desapropriada nas imediações da cidade, conforme entrevista-depoimento de neta.<sup>262</sup>

O *Jornal Missioneiro* editado em São Borja, órgão do Partido Republicano, publicou manifesto político intitulado “Compromisso”, de um grupo de 370 pessoas contra a “[...] família Vargas”. Dentre as mesmas encontra-se Paulo Vecchio e outros italianos, onde se lê: “Proposta final, ficou assente que os signatários desta assumem o compromisso de contrariar qualquer candidatura que parta da família Vargas no próximo pleito intencional”.

---

<sup>261</sup> Ofício da Câmara Municipal de Uruguaiana, em Sessão de 28/04/1848, ao Presidente da Província. Centro Cultural Dr. Pedro Mariani, em Uruguaiana, RS.

<sup>262</sup> Idem entrevista de G. Vecchio.